



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 29 - Nº 535 - DE 29 DE JANEIRO A 12 DE FEVEREIRO DE 2017 - R\$ 4,00



**20 de janeiro de 2017,
o fascista Donald Trump
tomou posse da presidência
dos Estados Unidos
Indica uma nova ofensiva
do imperialismo contra as
nações e povos oprimidos.**

**Nossa tarefa é a de organizar uma frente única
anti-imperialista, dirigida pelo proletariado.**

- O programa é o da expropriação do grande capital nacional e internacional, que deve ser colocado sob o controle operário da produção.
- É por essa via que se impõem a independência e a soberania nacionais.
- É por essa via que operários e camponeses unidos conquistarão o poder do Estado e se colocarão imediatamente pela resolução das tarefas democráticas pendentes do capitalismo de economia atrasada e semicolonial.

**O governo golpista de Temer seguirá os ditames de Trump.
Que as organizações operárias, camponesas e estudantis
se empenhem em unir a maioria explorada contra
as reformas antinacionais e antipopulares.**

Realizada a Conferência Regional do POR em São Paulo

**Viva a luta pela construção do partido
marxista-leninista-trotskista**



O caminho da luta anti-imperialista

Não se deve menosprezar o significado da eleição de Donald Trump. As análises que dão a ideia de que dificilmente porá em prática o seu programa eleitoral podem desviar a atenção da necessidade de combater a ofensiva imperialista sob as novas condições políticas abertas nos Estados Unidos.

O ponto de partida é dado pela longa crise econômica mundial. Barack Obama não foi capaz de fazer seu sucessor, apesar de elevada aprovação. A derrocada de 2008 e o baixo crescimento solaparam a política dos democratas e deram projeção aos republicanos na figura de um empresário que expressa tendências fascistas. A surpreendente derrota de Hillary Clinton e a hegemonia alcançada pelos republicanos se deram sobre a base de uma avaliação vitoriosa de que era chegada a hora dos Estados Unidos mudarem suas diretrizes de política internacional. Além de boa parte da classe média, importante parcela da classe operária foi arrastada pela virulenta propaganda em torno do protecionismo e do nacionalismo xenofóbico.

Evidentemente, republicanos e democratas respondem aos interesses da burguesia imperialista. Embora em última instância sempre convirjam, nem por isso deixam de representar variantes distintas. É o que se observa já nas primeiras horas do governo Trump.

A revogação do Acordo Transpacífico (TPP) demonstrou a sua disposição de mudar sensivelmente a orientação implantada pelos democratas, substituindo uma ofensiva intervencionista de bloco por outra de acordos bilaterais. É bem provável que altere o acordo de livre-comércio que engloba o México e Canadá (Nafta). Temos de ver ainda se cumprirá o objetivo de mudar a relação dos Estados Unidos com a Europa em torno da OTAN. Essa é uma relação mais delicada, uma vez que se assenta na aliança vencedora da Segunda Guerra Mundial e que serviu de instrumento para os Estados Unidos imporem sua hegemonia internacional.

Basta a presteza como Trump revogou o TPP para se notar que importantes mudanças começam a ganhar corpo. O fundamental está em que a guerra comercial ganha nova dimensão. Tudo indica que o novo governo pretende usar o protecionismo para obrigar maior abertura do mercado mundial, sem que os Estados Unidos tenham de fazer múltiplas concessões. Não se trata mais de utilizar a diretriz dos blocos e acordos multilaterais para o capital financeiro e as multinacionais norte-americanas penetrarem mais livremente em toda a parte, mas sim de a potência retomar seu lugar produtor de mercadorias de alto valor agregado e de grande exportador.

Os ideólogos trumpistas entendem que os Estados Unidos não devem mais impulsionar a penetração das multinacionais em países que servem de plataforma e que acabam por inun-

dar o mercado norte-americano de mercadorias exógenas. Os casos mais flagrantes são o da China e do México. A meta de re-industrializar os Estados Unidos vem nesse sentido, embora tenha tudo para fracassar. Não se realizará a volta das multinacionais. O cancelamento da Ford de abrir uma nova fábrica no México foi apresentado como um marco concreto da nova política. Não representa, porém, um movimento geral. A economia dos Estados Unidos se encontra em decadência devido à contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção. Essa lei econômica e

histórica determina que o capitalismo da época imperialista não tem como impulsionar globalmente as forças produtivas. Ao contrário, a crise de superprodução se converte em sua destruição maciça.

O mais provável é que Trump utilize o protecionismo para impor em todas as latitudes maior abertura econômica para as exportações norte-americanas e maior consumo interno em mercados nacionais tão vastos como o da China. Está demonstrado que o problema de fundo da maior economia se encontra na irresistível queda

da taxa média de lucro, o que levou as multinacionais a transferirem e construir novas fábricas onde a composição orgânica do capital lhes é favorável, em outras palavras, onde a abundante força de trabalho pode ser superexplorada (capital variável), compensando a alta tecnologia já constituída (capital constante). Esse é o obstáculo com que a política protecionista dos republicanos se deparará.

Ao contrário de suas promessas, Trump terá de percorrer a via de ataque generalizado às condições de trabalho e existência da classe operária norte-americana. Para isso, impulsionará uma ofensiva sobre os países semicoloniais. A revogação do TPP deixou os porta-vozes do imperialismo e o próprio governo golpista de Temer a “ver navios”. O ministro do Exterior, José Serra, se distingue do governo petista pela defesa do realinhamento do Brasil em torno dos Estados Unidos. O TPP de Obama era a porta de entrada. Poderia seguir o exemplo do governo Macri, da Argentina. Agora, aguarda como será o realinhamento. O argumento de que afinal de contas o Brasil não tem nenhum tratado com os Estados Unidos – pobre do México – serve de consolo.

Os explorados da América Latina e, dentre eles, o proletariado estão pagando caro pela crise econômica e pela política pró-imperialista da maioria dos governos. É um momento propício para se travar a luta contra o grande capital, desenvolver as reivindicações e impulsionar o programa da revolução proletária. A tarefa de pôr em pé a frente única anti-imperialista se apresentará com maior concretude diante da ofensiva da política do fascista Trump.

É um momento propício para se travar a luta contra o grande capital, desenvolver as reivindicações e impulsionar o programa da revolução proletária. A tarefa de pôr em pé a frente única anti-imperialista se apresentará com maior concretude diante da ofensiva da política do fascista Trump.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

Enfrentar as reformas da Previdência e Trabalhista com a luta coletiva e direta

Rechaçar as emendas da burocracia sindical traidora

Que as centrais rompam com as negociatas em torno da reforma da previdência

Temer armou o cerco para impor as reformas

Desde o primeiro momento, quando ainda não havia se consagrado presidente, Temer iniciou sua investida contra as aposentadorias. Em meados de maio, anunciou a idade mínima de 65 anos e realizou o encontro com as centrais, objetivando apressar a reforma da previdência. No início de dezembro, o relator da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara afirmou o parecer favorável à proposta do governo. Na ocasião, repercutiu negativamente porque chamou os aposentados de “vagabundos remunerados”. Ainda em dezembro, a comissão aprovou a “legalidade” da reforma. Em janeiro, Temer sinalizou com a possibilidade de flexibilizar alguns aspectos, entre eles o tempo de contribuição. Isso se deveu à repercussão do descontentamento dos trabalhadores diante do fato de ter de contribuir por 49 anos para alcançar uma aposentadoria integral. Mas insistiu na imposição de uma idade mínima.

Como se vê, o governo está pronto para o ataque aos explorados. As negociatas, que por ventura possam ocorrer, não poderão extrapolar a essência da reforma, que é o aumento da exploração do trabalho e a redução do tempo de recebimento da aposentadoria. A reforma da previdência é parte do ajuste fiscal, compõe uma peça essencial para o êxito da PEC do Teto.

Burocracia sindical de olho nas emendas

No dia 22 de fevereiro, as burocracias sindicais irão a Brasília. Pretendem se reunir com deputados e senadores para buscar apoio às propostas de alterações no projeto de reforma da previdência. A Força Sindical, por meio de Juruna, Miguel Torres e Paulo Ferrari, comanda a carreta de burocratas. Trata-se da velha política de “pressão” ao Congresso Nacional, visando a modificar alguns pontos da reforma. No discurso: “Não vamos permitir que retirem direitos dos trabalhadores”. Na prática, remendar a proposta de Temer.

Pior ainda. O vendido Paulinho da Força se juntou às velhas raposas do Congresso (Arnaldo Faria de Sá, Rogério Rosso, etc.) e apresentaram a emenda que fixa a aposentadoria para as mulheres aos 58 anos e aos sessenta anos para os homens. Há outras emendas, como a que altera as regras de transição, ao invés de trabalhar 50% do tempo que falta, reduzir para 30%.

Está aí por que aumentam as desconfianças entre os operários. Uma parcela descontente tem dito aos militantes do POR quando da distribuição do Boletim Nossa Classe: “tudo farinha do mesmo saco”, referindo aos dirigentes sindicais.

A classe operária e demais explorados devem rejeitar a conduta dos burocratas de emendar a proposta de Temer. Ao contrário, devem exigir a derrubada integral de toda a reforma, porque é de destruição de direitos. Não há remendo que possa salvar os direitos.

Burocratas fazem ato contra a previdência, sorteando carros

No dia do aniversário de São Paulo, a burocracia do sindicato

metalúrgico de São Paulo, a Força Sindical e aliados convocaram os aposentados e os trabalhadores para o ato contra a reforma da previdência. Como sempre, distribuíram os cupons para o sorteio de dois carros. A despolitização da classe operária é tão grande que uma parte pega os cupons e corre para o ato não para protestar contra a reforma e ouvir os discursos dos dirigentes vendidos, mas na esperança de ser o sorteado. Essa é a forma da burocracia colocar milhares nas ruas, comprando sua consciência.

Mais uma reunião das centrais. Para quê?

No dia 20 de janeiro, a CUT, Força Sindical, CTB, UGT, Nova Central, CSB, CTB, Intersindical, CGTB, NCST, CSB e CSP-Conlutas se reuniram para supostamente organizar a campanha contra a reforma da previdência. Desse encontro saíram duas propostas: 1) ir à Brasília no dia 22 de fevereiro para “sensibilizar” os parlamentares; 2) organizar um dia nacional de paralisações, possivelmente para a segunda quinzena de março.

De concreto, somente a ida ao Congresso Nacional. A Força Sindical e suas congêneres jogarão peso em torno das propostas de emendas, que já estão circulando. O dia de paralisação, certamente, será uma repetição dos que ocorreram no ano passado. Uma paralisação, portanto, de quem quiser e um ato das burocracias. Os burocratas estão, de fato, empenhados em garantir algumas emendas, para em seguida comparecerem perante os operários como o que foi possível de conquistar.

O dirigente da CSP-Conlutas, Luiz Carlos Prates – Mancha, ao invés de criticar a conduta da direitista Força Sindical de priorizar a “pressão” parlamentar, disse que a Central irá fazer de tudo para que haja uma grande paralisação e uma greve geral. Mas, concluiu dizendo da importância do dia 22 em Brasília.

A reforma da previdência só poderá ser derrubada com os métodos da classe operária

O governo golpista continua com as mãos livres para impor as reformas antioperárias e antinacionais. As maiores centrais, como vimos, estão com a política de colaboração de classes, que se expressa na disposição de apresentar emendas à reforma da previdência. Ao mesmo tempo, estão obrigadas a discursar contra a reforma e utilizar as manifestações, como o dia de paralisação nacional, como instrumento de barganha junto ao governo e aos parlamentares. A CSP-Conlutas não tem força política para encabeçar um movimento nacional de greve; assim, acaba por se submeter às decisões das burocracias traidoras.

O governo não irá modificar a essência da reforma, que é a de dificultar as aposentadorias e rebaixar ao máximo o seu valor. Portanto, não há emenda que possa modificar esse curso. Caso aceite uma ou outra alteração, são emendas que não afetam a sua essência, como o caso de manter uma pequena diferenciação entre homens e mulheres. O fato é que toda emenda implica aceitar a reforma. Toda emenda implica aceitar a redução de direitos.

Está claríssimo que a burocracia sindical fará de tudo para comparecer diante dos explorados com a proposta de amenizar o violento ataque do governo golpista de Temer. Conta para isso com o retrocesso sofrido pela classe operária nos treze anos de governo petista. No entanto, vem crescendo o descontentamento no seio das massas com o aumento do desemprego, com as perdas salariais e com a precarização da saúde, educação e moradia. É a partir dessa situação insustentável que a vanguarda revolucionária poderá combater a burocracia levantando a bandeira de que as centrais e os sindicatos rompam com as negociatas em torno da reforma da previdência e que se coloquem pela:

- 1) Por um sistema único de previdência, estatal e sob o controle da classe operária. Fim das previdências privadas.
- 2) Fim dos privilégios dos militares, magistrados e a alta burocracia do Estado;
- 3) Que os capitalistas arquem inteiramente com a contribuição previdenciária;
- 4) Que nenhum aposentado receba menos que um salário mínimo vital, calculado pelas assembleias dos trabalhadores;
- 5) Abaixo as reformas de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer.

O governo golpista de Temer avança com as reformas antinacionais e antipopulares Já passou a hora de a classe operária e demais explorados organizarem a greve nacional

No dia 22 de dezembro, Temer divulgou a reforma trabalhista. Trata-se de um conjunto de medidas, contidas no Projeto de Lei 6.787, que retira da CLT direitos. Destacamos: 1) permissão de jornada de até 12 horas diárias. O que significa o aumento da jornada de 44 horas para 48 horas semanais; 2) parcelamento das férias em até três vezes; 3) aumento dos contratos temporários, que poderão passar de 90 para 120 dias e prorrogáveis por mais 120 dias. O que implica crescimento do trabalho temporário e precarizado; 4) prevalência do negociado sobre o legislado. Os acordos por empresa podem sobrepor-se às leis trabalhistas. Eliminam, assim, conquistas históricas dos trabalhadores contidas na CLT.

O governo exige que o Congresso vote rapidamente a reforma trabalhista. A campanha nos meios de comunicação procura atrair uma parcela dos explorados com a falsa promessa de que se trata de medidas para combater o desemprego. O governo tem pressa, mas os dirigentes sindicais caminham a passos de tartaruga. A burocracia sindical, certamente, procurará a via das emendas.

A luta contra a reforma trabalhista deve se apoiar na orga-

nização de um movimento contra as demissões, o desemprego, os cortes salariais, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), lay-off, terceirização e todo tipo de flexibilização capitalista do trabalho. Os sindicatos devem se negar e rechaçar as negociatas propostas pelo governo. A CUT e demais centrais devem iniciar imediatamente uma campanha em torno das bandeiras:

Abaixo a reforma trabalhista!

Abaixo a reforma da previdência!

Abaixo a reforma do ensino médio!

Abaixo a “reforma da reforma agrária”!

Abaixo a PEC do teto!

O movimento sindical e os movimentos camponês e popular não devem aceitar o isolamento de uma reforma da outra, de conjunto, tais reformas antinacional e antipopular, atingem a economia nacional e a vida da maioria oprimida. É preciso ganhar as ruas com a bandeira unificada: Abaixo as reformas do governo golpista de Temer! É preciso realizar um enorme esforço para organizar a greve nacional.

Direção da FUP aceita proposta rebaixada para ACT dos petroleiros

Os trabalhadores da Petrobras estão em negociação coletiva desde setembro de 2016. Até meados de janeiro, a empresa fez quatro propostas de termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho 2015-2017 (ACT), todas elas foram recusadas pela direção da Federação Única dos Petroleiros (FUP), vinculada à CUT, pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), bem como pelas assembleias dos petroleiros de todas as bases sindicais.

Há quase uma década, as negociações do ACT não se prolovam por tanto tempo. Isto porque a administração da empresa tem aplicado de maneira aberta o seu plano de privatização e desnacionalização da Petrobras e vem tentando impor duros retrocessos trabalhistas aos petroleiros. As propostas da empresa previam uma reposição salarial abaixo da inflação; reposição diferenciada entre os aposentados que fizeram a repactuação (uma alteração no contrato com a PETROS, previdência complementar, que traz como consequência a perda de uma série de direitos conquistados) e os que não fizeram, prejudicando estes últimos; redução de 100% para 50% no valor das horas-extras; redução da jornada de trabalho com redução salarial para os funcionários do setor administrativo; etc.

No dia 18/01, a empresa apresentou uma nova proposta. Apesar de ter mantido o adicional no valor da hora-extra em 100% e de

ter aumentado o índice da reposição salarial para um valor próximo aos índices de inflação oficiais, manteve a diferença entre os aposentados repactuados e os demais. Além disto, a proposta de acordo prevê uma comissão para negociar os termos da aplicação da redução da jornada de trabalho com redução salarial.

A FNP, corretamente, decidiu mais uma vez pela não aceitação do acordo rebaixado, e ainda denunciou o silêncio da empresa sobre as faltas e punições referentes às últimas greves. A FUP, em uma reunião do seu Conselho Deliberativo, decidiu pela aceitação da proposta e indicou que suas bases aproveem a proposta. Trata-se de mais uma traição da FUP aos petroleiros.

A FUP, que é dirigida pelo Partido dos Trabalhadores, tem mantido a sua linha de conciliação com o governo, mesmo após o golpe e a subida ao poder de Temer e Pedro Parente. A burocracia sindical petroleira tem seguido a linha geral da CUT de conciliação de classes, de aceitação do PPE e de acordos coletivos rebaixados.

É preciso que os petroleiros rompam com a burocracia sindical e não aceitem a proposta rebaixada da Petrobras!

Este ano será de muitas lutas para os petroleiros, que para preservar os seus direitos conquistados terão de se levantar contra o processo de privatização e desnacionalização da Petrobras!

Ataque da PM aos sem-teto e prisão de Guilherme Boulos

Na manhã de 17 de janeiro, a tropa de choque cumpriu a ordem de reintegração de posse da “Ocupação Colonial”, em São Mateus, zona leste de São Paulo. Cerca de 700 famílias foram desalojadas à força. Mais uma vez, assistimos a tropa de choque agir como se estivesse em uma situação de guerra. De fato, o embate em torno da propriedade privada desencadeia uma guerra de classes. Ocorre que, no caso da reintegração de posse, trava-se o enfrentamento entre uma força de elite militar altamente preparada e armada contra famílias de trabalhadores que mal têm o que comer.

Os sem-teto não abandonaram seus barracos. Resistiram o quanto puderam com bloqueio, paus e pedras. Segundo o princípio burguês e a correspondente lei, miseráveis e famintos não podem defender suas vidas violando o princípio e a lei correspondente da propriedade privada. Não podem se organizar para ocupar terrenos baldios, não podem montar suas moradias e consequentemente não podem resistir à ordem de despejo. Em nome desse princípio, faculta-se à polícia cercar as famílias e atacá-las com balas de borracha e bombas.

Os sem-teto da “Ocupação Colonial” padeceram da violência policial, que não poupa mulheres, velhos e crianças. As reintegrações de posse são comuns em São Paulo. As famílias sem recurso e ameaçadas de desintegração não veem outra via de se defenderem senão ocupando e resistindo da forma que puderem. Sabem que se verão diante da tropa de choque, mas já suportam a maior das violências que o capitalismo pode proporcionar aos explorados, que é o desemprego, o subemprego, a miséria e a fome.

A polícia aproveitou para prender a principal liderança do MTST, Guilherme Boulos. Foi acusado de “desobediência e incitação à violência”. Como não estava na organização direta da ocupação e nada poderia ser imputado a ele, a polícia resolveu recorrer à famosa “teoria do domínio dos fatos”. Quer dizer que não é preciso de prova para prender. Segundo o delegado do 49º DP, basta saber que Boulos é notório participante nas ações dos movimentos populares. Caso tivesse agido para que os sem-teto não resistissem ao despejo, estaria livre de ser preso. Mas como a polícia não constatou que Boulos tivesse se colocado a favor do proprietário, da decisão judicial e da intervenção policial, então, segundo o “domínio dos fatos”, cometeu o crime de incitação e violência. Boulos foi liberado horas depois, mas ficou a evidência da arbitrariedade da justiça e da polícia.

Sob a máscara da democracia, do Estado de Direito, oculta-se a ditadura de classe da burguesia, que se expressa na violência contra os explorados e na violação dos direitos mais elementares, como o de se ter prova para prender e processar. Há pouco tempo, um colegiado de juízes aplicou a lei antiterrorismo contra líderes do MST, em razão destes participarem da ocupação da Usina Santa

Helena, que faliu. Nas Olimpíadas, a chamada Operação Hashtag aplicou a Lei 13.260, que, diga-se de passagem, foi sancionada por Dilma Rousseff, e prendeu dez “suspeitos” de ligação com organizações terroristas. E sem nenhuma prova!

Tudo começa com as leis que atingem as liberdades democráticas e o direito de greve. O Brasil tem avançado em suas leis repressivas contra o movimento organizado dos explorados e suas lideranças. Na medida em que a desintegração do capitalismo e o avanço da barbárie social exigem dos explorados se lançarem à luta e radicalizarem em seus métodos de ação coletiva, cresce o aparato militar do Estado e recrudescem as leis antidemocráticas. Ao mesmo tempo, sob a sombra do Estado, mantém-se o terror dos latifundiários e do agronegócio contra os camponeses e indígenas que lutam pela terra. Nos centros urbanos, a tropa de choque tem sido regularmente acionada contra ocupações e manifestações de rua.

São sinais de que a burguesia não encontra solução para a decomposição do capitalismo e a consequente barbárie social. E não tem outro meio de responder ao agravamento da luta de classes senão com as leis discricionárias e a polícia. É bom lembrar que o governo do PT contribuiu para reforçar a ditadura de classe da burguesia criando, em 2004, a Força Nacional de Segurança Pública. Temos insistido que vivemos sob um Estado policial disfarçado pelo funcionamento institucional e por eleições de quando em quando. É necessário, portanto, que os sindicatos, os movimentos e as correntes de esquerda comecem a se preocupar com o avanço da reação antidemocrática e se deem um passo adiante na organização unitária e independente da classe operária e demais explorados.

A burguesia e seus governos se aproveitam do retrocesso sofrido pelo movimento operário, em grande medida devido à política de conciliação de classes, desenvolvida pelo PT e aliados da frente popular. A ausência do proletariado organizado nas lutas dificulta imensamente o avanço do movimento da pequena burguesia agrária e urbana. É preciso romper essa camisa de força nesta nova etapa da luta de classes que se abriu mundialmente com a crise econômica aberta em 2008. A ofensiva da burguesia contra as massas e o fortalecimento de tendências autoritárias, ditatoriais e fascitizantes se manifestam a olhos nus. As experiências indicam que a resposta dos explorados começa por defender o programa de reivindicações comuns e que unificam a maioria explorada contra a minoria exploradora. A classe operária, o movimento camponês e o movimento popular urbano têm de atuar como uma só força e um só programa. As reivindicações particulares serão defendidas melhor por meio de uma frente única de combate anticapitalista e anti-imperialista.

Que constituinte? E para quê?

Os deputados Miro Teixeira (Rede) e Rogério Rosso (PSD) entram em meados de dezembro de 2016 com um projeto de Assembleia Nacional Constituinte. Objetivo: necessidade de se fazer uma reforma política e eleitoral. Justificativa: restabelecer a pacificação institucional. Natureza: transformar o Congresso Nacional em constituinte unicameral.

A PEC 298 é uma válvula de escape para o agravamento da crise

política. Por enquanto, comparece como uma manobra. Deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Já conseguiu alguma simpatia de parte da imprensa monopolista. Em se tratando de reforma política, dificilmente prosperará. Mas há setores da burguesia que veem com bons olhos caso uma constituinte unicameral assuma a tarefa de acabar com as “vinculações de benefícios sociais”.

A PEC 241 (55), do Teto, foi um golpe na obrigatoriedade orçamentária. São tantas as revisões constitucionais, que já não existe a Constituição promulgada em 1988. Segundo os propositores da PEC 298, há 1.100 PECs tramitando no Congresso. De maneira que a Constituição será ainda mais desfigurada.

Não por acaso, os constituintes de 1987/1988, que também não foram eleitos para tal função, deixaram uma porta aberta para o caso de a burguesia necessitar modificar aspectos indesejáveis. As vinculações obrigatórias como saúde, educação, previdência, etc., na época, não foram bem aceitas por setores da burguesia. Caso se tornassem inviáveis, o Congresso poderia alterar a Constituição por meio da PEC. É o que tem feito, principalmente, no diz respeito à proteção constitucional a bens que servem à população, principalmente aos pobres e miseráveis.

A fração mais poderosa da burguesia, certamente apoiada no imperialismo, está em posição de ataque a qualquer tipo de obstáculo à exploração da força de trabalho e de dispêndio com as necessidades sociais mais elementares. A crise econômica aberta em 2008 e que se agravou a partir de 2014 colocou em primeiro plano medidas contrárias aos interesses da maioria oprimida. Observam-se dois tipos de obstáculos aos interesses da minoria capitalista: o de ordem constitucional e o de leis trabalhistas. O governo golpista de Michel Temer abriu uma ampla frente de ataque à vida das massas com reformas na Constituição e na CLT.

O fato é que a “Constituição Cidadã”, que serviu de fetiche a um suposto capitalismo social, já foi mutilada, pisoteada e agora cuspidada com a aprovação da PEC do Teto. No entanto, ainda não foi suficientemente picotada, segundo a fração ultraliberal da burguesia. Seria bom e conveniente se o Congresso Nacional estivesse à altura de assumir a proposição de Teixeira/Rosso. Uma constituinte unicameral poderia ordenar o fatiamento e dar a parecer que resultou de uma ação pensada e democrática. Durante um bom tempo, se distrairia a atenção do país.

No momento, a ideia de Teixeira/Rosso é a de realizar uma reforma política. Neste particular, as discussões entre as forças partidárias da burguesia são mais complicadas. Não há acordo de que a crise política tem como centro a “presidência de coalizão” e a “estrutura política vinculada ao poder econômico”. No passado, fracassou a tentativa de mudar o regime presidencialista para parlamentarista – esteve na base da crise dos anos 60 -, porém, manteve-se a tese de um setor da burguesia de que a condução do País por um primeiro-ministro fortaleceria o Congresso Nacional e neste se processariam as crises políticas agudas sem abalar as instituições do Estado. Lembremos que em abril de 1993 foi realizado um plebiscito para que a população se pronunciasse a favor ou contra o regime político. Os parlamentaristas foram derrotados. A palhaçada foi tão grande que a ampla abstenção desqualificou a manobra burguesa. Tudo ficou como estava.

O que a burguesia e parte dos partidos pretendem é impor a cláusula de barreira. Assim varreria não apenas as siglas de “aluguel”, mas principalmente as correntes de esquerda. Mesmo o PSOL e PCdoB, que têm representação parlamentar e acesso a postos nos estados e municípios, poderiam ser descartados. O acesso ao fundo partidário e ao tempo nos meios de comunicação deve se restringir aos poderosos partidos. O projeto sobre cláusula de barreira está em curso. Então o que se pretende com a reforma política e eleitoral em nível de uma constituinte congressual ainda está para ser esclarecido pelos patrocinadores da PEC 298.

O problema para a burguesia está em encontrar uma fórmula para debelar a crise política. O que não é fácil. Não será com uma constituinte fraudulenta que se estabelecerá um pretendido novo ordenamento no seio da democracia oligárquica. Não basta acusar o

PT de ter levado às últimas consequências o vínculo da política, dos partidos e dos governantes com o poder econômico. O certo é que os demais partidos dominantes não fugiram à regra das empreiteiras.

A Operação Lava Jato somente revelou uma parte do iceberg. Os alicerces da democracia oligárquica não se resumem à Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, etc. Fazem parte o capital financeiro, as multinacionais, a agroindústria, etc. Mais ainda, são poderosos os alicerces dos estados da União, com suas respectivas frações oligárquicas. O presidencialismo de coalizão, assim, tem servido historicamente à governabilidade justamente pela necessidade da centralização oligárquica do Brasil. O que exige a formação de todo tipo de aliança partidária, que ora equilibra, ora desequilibra as forças, principalmente nas condições de crise em que os estados dominantes do Sudeste têm de impor a condução econômica.

É importante ter claro as variantes da política burguesa para não ser arrastado por uma delas. Ou melhor, para lutar no seio dos explorados contra todas elas. O balão de ensaio erguido por Teixeira/Rosso pode desinflar, mas não deixa de ser uma alternativa de reordenação da governabilidade. O golpe de Estado implicou uma grande movimentação de todas suas instituições e esferas burocráticas. Houve um total alinhamento entre o Congresso Nacional, Judiciário, Ministério Público e Polícia Federal. Derrubado o governo petista, a Operação Lava Jato expôs a enorme divisão interburguesa no interior dos aparatos de poder.

Dois fatos assombraram a aliança golpista e o próprio governo: a destituição de Renan Calheiros do cargo de presidente do Senado pelo juiz Marco Aurélio de Mello, medida que teve de ser revogada em seguida pelo STF; e a suspensão da aprovação pela Câmara Federal do projeto de lei anticorrupção pelo juiz Luiz Fux, que ainda está na dependência do STF confirmar ou não. A imprensa monopolista se referiu a tais acontecimentos como crise institucional.

Enquanto as denúncias da Lava Jato implicarem altos chefes do governo, demonstrando que o PT não fez senão reproduzir o que os grandes partidos sempre fizeram, a crise prosseguirá. O golpe teve como um dos objetivos estancar a ofensiva dos procuradores e do juiz Sérgio Moro. Estava de bom tamanho a caça aos petistas. No entanto, o material inflamável já havia entornado e os responsáveis pelas investigações não poderiam simplesmente fazer um balanço geral e concluir o processo no PT. Faltava e falta pegar o ex-presidente Lula. Mas como chegar a tamanha proeza, ocultando que Michel Temer, Renan Calheiros, Romero Jucá, Eunício de Oliveira, etc. estão implicadíssimos com o petróleo? Essa é a questão em aberto e que está acirrando o conflito entre poderes. Os procuradores querem ir além de sua capacidade. E os parlamentares estão assustados com a projeção do Ministério Público e com os juízes do STF.

O Congresso Nacional está por enquanto sob o controle de Temer. Mas quando se tratou de limitar as margens de manobra dos estados endividados teve de engolir a eliminação do critério de contrapartida para um acordo que aliviasse as quebras financeiras. As reformas da previdência e trabalhista parecem ser o maior teste do governo golpista. Temer poderá enfrentar a resistência dos explorados, que somente não está mais avançada devido ao bloqueio da burocracia sindical imposto à classe operária.

As manobras políticas do tipo constituinte unicameral devem ser tomadas como um meio para a burguesia desviar a atenção dos reais problemas. A recessão tem provocado demissões em massa, elevação da taxa de desemprego, perdas salariais, aumento da pobreza e da miséria. É preciso levantar as massas partindo da defesa dos empregos e dos salários. Por essa via, se evidenciará aos explorados a necessidade de quebrar as reformas da previdência, trabalhista, do ensino médio e derrotar a diretriz antinacional e antipopular da PEC do Teto.

6º Congresso do PT / **O que muda depois do golpe?**

A Comissão de Teses do PT publicou um caderno que norteará as discussões do 6º Congresso, a ser realizado em abril. Inicia com um longo texto de Valter Pomar sobre o cenário internacional. Ali está expressa a velha tese estalinista de que a paz e a democracia dependem dos governos progressistas de esquerda. Concretamente, dependem de governos como de Lula, Hugo Chávez, Evo Morales, etc., que se depararam com a gigantesca crise de 2008, se mostraram incapazes de enfrentar a ofensiva do capital financeiro, terminaram espatifados e ou estão em via de se espatifar.

Não esperávamos que Pomar fosse fazer um balanço classista da queda do governo Dilma e da derrocada do PT. Para os filostalinistas que se abrigaram no partido reformista, o conteúdo de classes dos governos ditos progressistas de esquerda não importa. Está aí por que Pomar se refere a erros de política econômica, em primeiro lugar, e, em segundo, a ausência de uma política de expropriação parcial ou total do capital monopolista. No primeiro, assinala o período de 2015 e 2016, que concluiu com o impeachment de Dilma Rousseff. No segundo, a referência não passa de uma abstração esquerdista, uma vez que é mais do que notório que o PT se adaptou inteiramente às relações políticas do Estado burguês e se comprometeu com frações da oligarquia capitalista.

As duas possibilidades aventadas por Pomar diante da crise mundial são: a) rebaixar o nível de vida das massas; b) transformar as riquezas acumuladas em investimentos públicos. O PT tentou limitadamente praticar a segunda possibilidade e foi apeado do poder sem que fosse capaz de se apoiar na maioria oprimida para derrotar o movimento golpista. Em pleno processo de impeachment, a burocracia sindical que serve ao PT colaborava com as montadoras negociando acordos de demissão e de redução salarial. Agora que o governo de Michel Temer está impondo a primeira das alternativas, o PT se comporta como oposição burguesa preocupada em manter a estabilidade política e ocupada em achar os meios de como sair da fossa em que está mergulhado, reerguendo-se com a candidatura de Lula para 2018.

Enquanto os esquerdistas, que servem ao reformismo senil e

apodrecido na política burguesa, escrevem longos tratados de crise mundial e assinalam os perigos de guerra, a direção do partido libera sua bancada parlamentar a apoiar a candidatura de Rodrigo Maia, um homem chave de Temer, para um segundo mandato na presidência da Câmara Federal. O que mostra o quanto o PT se tornou um partido fisiológico e completamente dependente do Estado capitalista.

A conversa de que os governos de esquerda são os que têm “compromisso com a classe trabalhadora” e que, portanto, podem estabelecer um “planejamento democrático”, é mais uma patacada. O PT esteve treze anos na condução do Estado e serviu ao capital financeiro, às multinacionais e à oligarquia, até que sua política foi completamente rejeitada no segundo mandato de Dilma Rousseff.

A política de distribuição de renda – base do reformismo – não modifica as condições de dominação burguesa e as determinações do grande capital. De nada adianta o esquerdismo verbal contra a ofensiva dos oligopólios, a alta concentração de riqueza, as ameaças de guerra e o avanço da direita fascitizante, se se oculta que o PT apodreceu na política burguesa e na dependência a poderosos grupos econômicos. É puro oportunismo e um disparate concluir que é preciso a transformação social da propriedade, quando a experiência mostrou que o PT esteve atado e limitado pelas relações capitalistas de produção e pela brutal exploração do trabalho.

Se se levasse a sério a conclusão de que o “partido se aburguesou”, seria necessário apurar a responsabilidade das correntes internas, inclusive, a das lideranças, como Valter Pomar. Não há como, agora, “desaburguesar” o PT. O 6º Congresso, pelo visto, servirá para acomodar a disputa entre as correntes na situação de crise partidária e reunir as condições para o PT se reestruturar como oposição burguesa. Continuará a exercer influência sobre a CUT, MST e aliados, que têm servido de instrumento da política de colaboração de classes. Nossa luta, ao contrário, está alicerçada na tarefa de pôr em pé o partido revolucionário, marxista-leninista-trotskista.

Rondônia / ATAQUES DA “NOVA” PREFEITURA DE PORTO VELHO

O prefeito Hildon Chaves/PSDB iniciou a administração de Porto Velho aplicando todas as diretrizes que são centrais na política atual de ajuste fiscal e contenção de despesas com o funcionalismo. Realiza assim o que todos os partidos e prefeituras estão realizando, negando seu discurso demagógico de campanha, o de que representava algo de novo na política e não seguiria o caminho da “velha política”.

Na primeira semana de janeiro, decretou diversas medidas que incidem sobre os servidores do município. Dentre as medidas, está a de “auditoria” na folha de pagamento, para em seguida justificar cortes de gastos com os salários. Encaminhou também à Câmara de Vereadores uma reforma administrativa com o objetivo de reduzir secretarias.

Não bastassem essas medidas que estão ligadas ao ajuste fiscal do governo federal, a resposta burguesa à crise orçamentária do Estado, a prefeitura também lançou seu programa de parceria público-privada para as chamadas áreas verdes da capital. A intenção é passar a administração dos parques para a iniciativa privada, ou seja, é a privatização dos poucos espaços da cidade. A mesma prefeitura acabou de fazer a doação de um terreno seu para uma grande rede de supermercados, alegando

a criação de 600 empregos diretos e outras dezenas no período de construção. Afirmou que, em contrapartida, faria reformas nas escolas. Mas é certo que não o fará, porque os problemas infraestruturais são gigantescos e a política é de corte de gastos e não de ampliação de investimentos em serviços e obras.

O ataque do prefeito ao funcionalismo municipal é parte da política do governo golpista de Temer para todos os trabalhadores (operários, camponeses e demais explorados). Como se vê, é urgente a organização dos explorados e o chamado da unidade na luta contra as medidas que atacam os trabalhadores, como a reforma da previdência, do ensino médio, dentre outras que retiram nossos direitos e beneficiam a burguesia.

Trata-se agora de combater o “novo” governo municipal com os mesmos métodos com que se combatiam os “antigos”: as manifestações de rua, as assembleias conjuntas de todo funcionalismo, os atos, as ocupações. A situação exige maior organização dos trabalhadores. Não confiar nas promessas, a exemplo do pagamento dos quinquênios atrasados, e organizar a mobilização com o objetivo da greve geral do funcionalismo municipal em aliança com o conjunto com o funcionalismo do Estado e federal e os estudantes.

Negociação aponta para despejo do Sintusp e mudança para um pequeno local ao lado da Adusp

Resistir ao despejo! Rechaçar as imposições da reitoria/governo! Defender a autonomia e livre organização sindical! Apoiar-se nas reivindicações dos trabalhadores e em seus métodos de luta!

Na negociação de 26 de janeiro, a reitoria da USP manteve sua posição de despejo do sindicato, indicada desde o ano passado e avalizada por uma liminar da justiça para uso de força policial. A direção do Sintusp se colocou pelo fim do acampamento de resistência iniciado quatro dias antes e por “ir às bases” para chamar os trabalhadores a discutirem a situação e comparecerem a novas assembleias nos dias 8 e 21 de fevereiro para decidirem o que fazer. Haverá nova reunião de negociação no dia 22 de fevereiro, na qual se apresentará a posição da assembleia.

Resistência e novos ataques durante as férias

Desde o dia 21 de dezembro, a reitoria tem procurado apressar o despejo do sindicato. A resistência contra as obras foi imediata. No dia 23, em reunião no ministério público do trabalho, o representante do reitor se comprometeu a não impedir o acesso dos diretores ao Sintusp. Quatro dias depois, os trabalhos da cerca foram retomados, mas nova mobilização os bloqueou. Nesse mesmo dia, Alckmin prometeu não reintegrar posse sem negociação. Horas depois, a cerca foi finalizada sob apoio da polícia do governador, e o diretor Brandão foi impedido de entrar no sindicato com duas armas da polícia na cabeça.

O movimento ganhou apoio político de dezenas de entidades e milhares de assinaturas. No dia 16 de janeiro, Zago mandou transferir a creche oeste (ao lado da prefeitura do campus) para a creche central. Desde 2014, as novas vagas estão fechadas, e há 157 ociosas em todas as creches da USP. Com a mudança, Zago concentra as crianças e educadores num só local, a creche central, e esvazia o prédio da creche oeste para usá-lo de outra forma, certamente por meio de uma parceria com empresa terceirizada. E passa a esvaziar a creche central para enfim acabar totalmente com este atendimento prestado pela USP a estudantes e trabalhadores. É conhecido o objetivo de Zago/Alckmin de acabar com toda a permanência existente, assim como a substituição de trabalho efetivo pelo terceirizado.

A creche oeste foi imediatamente ocupada por pais, educadores e estudantes. Exigiam o cumprimento da decisão do Conselho Universitário de reabertura imediata das 157 vagas ociosas, contratação de funcionários, preservação do espaço da creche oeste. Realizou manifestações e uma boa plenária de apoios, com cerca de 120 pessoas. Mas ainda há resistência a unificar esse movimento com a defesa do sindicato e com a luta contra o desmonte da USP. Teme-se pela mudança da pauta de reivindicações e radicalização do movimento. Zago anunciou a reabertura de 91 vagas ociosas, das quais 57 para o campus Butantã. Mas não cedeu nada quanto ao espaço da creche oeste.

Um novo ato público contra o despejo ocorreu no dia 19 de janeiro, que contou com dezenas de entidades e personalidades. Mas esse ato não foi além do protesto formal contra o autoritarismo do reitor, que sequer propunha um espaço alternativo para o sindicato. O sindicato docente (Adusp) tem defendido em seu site essa via para solução do conflito.

A imposição do reitor ao sindicato na negociação

No dia 24/1, antevéspera da negociação, a reitoria informou ao vereador Suplicy (que tentou intermediar a situação) e à direção do sindicato a disposição de ceder um espaço alternativo em um lugar bem menor, ao lado da atual sede da Adusp. Imediatamente, isso arrefeceu a disposição de enfrentamento por parte da direção sindical. Na proposta apresentada formalmente no dia 26, a reitoria parte do

pressuposto de que a USP não tem a obrigação legal de ceder espaço ao sindicato, que teria condições materiais de se acomodar fora do campus, e que ainda que cedido esse espaço público, só o seria por cinco anos, e poderia ser retomado a qualquer momento. Coloca a seguir como concessão a transferência do Sintusp para o atual local de arquivo morto. E ainda condiciona a permanência do sindicato no interior da universidade ao acatamento de regras como a aceitação da possibilidade de despejo a qualquer momento pela reitoria, o uso do espaço somente para atividades específicas, e a proibição de venda de bebida alcoólica.

Trata-se de uma medida que golpeia a organização do sindicato, desmoralizando-o. A derrota que representaria o despejo do Sintusp poderia se dar de duas formas: com ou sem resistência. A luta ajuda os trabalhadores a compreenderem a necessidade de maior organização e mobilização gerais. O acordo sem luta desmoraliza a organização sindical para outros embates futuros. A reitoria joga com esta segunda opção, procurando amenizar seu desgaste político geral, causado pelo ataque ao Sintusp, dentro e fora da USP.

A direção do sindicato afirma que busca ganhar tempo, manobrando ao não recusar a proposta da reitoria e acenando para seu aceite. Essa manobra contraria a decisão da assembleia de resistir física e politicamente ao despejo, mas se justificaria com a combinação da resistência no espaço do sindicato. A suspensão do acampamento no Sintusp dará um sinal aos trabalhadores da base de aceitação da entrega do local à reitoria e submissão às suas imposições. Será mais difícil trazer os trabalhadores para defenderem o espaço de sua organização sindical quando ao mesmo tempo se dá sinais de aceitação do despejo.

Diante de ataques da burguesia e de seus lacaios (o reitor é um lacai do governador e dos capitalistas), é preciso combatê-lo de conjunto. Aceitar a negociação de seus aspectos é admitir de antemão sua efetivação. Tem se tornado prática sindical comum esse tipo de atitude. Mas devemos rejeitá-la. Não existe “acúmulo de forças” quando se cede de antemão aos ataques do adversário.

Se temos apoio político de fora, isso é importante, mas não determinante na situação. Se as forças internas de mobilização que temos ainda são pequenas, se queremos de verdade aumentá-las, e não usar essa condição como pretexto para a inação, é preciso reivindicar o apoio das forças externas para que atuem dentro da USP, pondo abaixo as grades, e uma política que tenha como norte a luta contra a reitoria e o governo, a defesa da USP pública e gratuita e da livre organização sindical, assentada nos métodos da luta de classes, e não na via jurídico/institucional. Concretamente, usar as pequenas forças que temos para mobilizar os demais a partir da resistência e não da conciliação com Zago/Alckmin.

A situação atual é de ofensiva do reitor/governo. Ela vem desde 2014. A repressão é o esteio dessa política de precarização, terceirização, privatização e elitização da USP. Por isso, há vários processos políticos, civis, prisões, demissões e eliminações da universidade. Esse é um elemento que recai sobre os trabalhadores e sua direção. Mas não será uma postura “defensiva” que evitará ou amenizará essa ofensiva repressiva.

A defesa efetiva daqueles que são atacados pela reitoria/governo parte da sua ligação com as reivindicações e métodos de luta da classe. A repressão é realizada para conter a luta pelas reivindicações. É com essa mesma luta que devemos combatê-la. Subordinando a defesa jurídica (necessária) à defesa política. Somente os trabalhadores e

estudantes, mobilizados a partir de suas necessidades, serão capazes de ganhar a força necessária para derrotar Zago/Alckmin e impor-lhes um recuo na sua ofensiva repressiva. O recuo diante da repressão só abre caminho para mais ataques.

Lutar pelo governo tripartite e pela assembleia geral universitária

A ofensiva de desmonte da USP avança por meio de ataques parciais. Cada ataque desses não tem como derrotar o reitor e o governo isoladamente. É preciso a unidade total para combater e derrotar Zago/Alckmin. Os ataques provêm da mesma fonte. É preciso unificar todas as lutas contra o desmonte da USP apontando para o fim do reitorado e de toda sua burocracia autoritária e privatista,

Manifesto ao 36º Congresso do ANDES-SN

Responder à destruição dos direitos, dos serviços públicos com os métodos da ação direta! Responder aos ataques do governo golpista de Temer com o programa da classe operária! Responder à crise internacional do capitalismo com a defesa da revolução socialista!

DERRUBAR A PEC 55!

DERROTAR A REFORMA DA PREVIDÊNCIA!

NÃO À REFORMA TRABALHISTA!

RECHAÇAR A MP 746 (REFORMA DO ENSINO MÉDIO)!

REJEITAR A MP 759 (“REFORMA DA REFORMA AGRÁRIA”)

NÃO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA!

POR UMA FRENTE ÚNICA SINDICAL NACIONAL!

PREPARAR AS CONDIÇÕES PARA A GREVE GERAL!

ABAIXO O GOVERNO GOLPISTA, POR UM GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS!

EM DEFESA DO SOCIALISMO!

O ano de 2017 começa com a necessidade de combate imediato às medidas do governo golpista de Temer, mas sabemos que o ano de 2016 não acabou no que diz respeito aos ataques contra a educação pública, os direitos e os serviços sociais. 2016 foi o ano do golpe institucional, o ano do pacto dos governadores pelo “aperto nas contas públicas”, da PEC do Teto, da MP do Ensino Médio, da MP da “Reforma da Reforma Agrária” e da preparação das reformas trabalhista e previdenciária. Para as instituições de ensino superior e sua luta, não só 2016 não terminou como preserva o profundo sucateamento provocado pelos cortes nos orçamentos de 2014 e 2015. As universidades públicas enfrentam a sua maior crise desde os anos 90. As tarefas, portanto, desse Congresso estão ligadas ao ciclo mais amplo de ataques abertos com a crise econômica mundial, (em 2007/2008), que repercutem fortemente no país através da política de contenção de gastos com as chamadas despesas primárias nos últimos três anos.

Depois de treze anos de governo petista, os fundamentos de uma política que combinava a manutenção do superávit primário, pagamento da dívida pública e sustentação do capital financeiro com políticas de assistencialismo através das bolsas, benefícios a setores do capital industrial nacional (via obras de infraestrutura), aumento acima da inflação do salário mínimo, etc. esgotaram-se. A crise econômica mundial que já havia abalado a economia do país nos anos de 2009, 2010 e 2011 aprofundou-se de tal modo que o governo do PT mostrou-se ineficiente, para a burguesia internacional, para realizar uma viragem na política estatal que canalizasse ainda mais as riquezas nacionais para o pagamento da dívida pública. O governo mostrou-se impotente para estabilizar as várias frações burguesas que se acotovelaram diante da recessão materializada a partir de 2014. O governo de Dilma Rousseff tentou ainda em 2015 atuar a favor da política de cortes no orçamento, que chegaram a

pondo em seu lugar um GOVERNO TRIPARTITE, eleito diretamente pelo voto universal, com mandato revogável e subordinado à ASSEMBLEIA GERAL UNIVERSITÁRIA (dos três setores). Somente assim teremos o atendimento de nossas reivindicações num orçamento elaborado coletivamente e aplicado por uma gestão que corresponda às nossas decisões, autônoma em relação aos governos e capitalistas. Um primeiro passo nesse sentido, e uma necessidade da atual situação, é a convocação de uma assembleia conjunta de funcionários e estudantes, mais os pais das creches e apoiadores, mobilizados para enfrentar o despejo do Sintusp e do centro acadêmico da ECA (CALC) e o fechamento das creches. Os ataques têm uma origem comum: a reitoria privatista. E é com unidade de todos

quase 80 bilhões de reais. Só no MEC, foram 10 bilhões retirados em 2015. Em 2016, apesar de anunciada a reforma trabalhista e previdenciária e assinalada a direção de ajuste fiscal ainda pelo ministro Levy e expressa na PL voltada aos governadores, que ampliaria a lei de responsabilidade fiscal, o governo Dilma não pôde lutar contra o golpe orquestrado pela burguesia financeira, industrial e comercial e que teve como base social a classe média amedrontada pela recessão. O PT e seus aparatos cederam diante da democracia burguesa e abriram caminho para que o governo Temer desse continuidade ao plano de ajuste fiscal.

As reformas que vieram como uma avalanche a partir da subida de Temer não representaram uma mudança no curso da política burguesa, mas a preservação da política burguesa hegemônica de manutenção da Dívida Pública.

Diante do estrangulamento do orçamento público pela recessão, as medidas de Temer só objetivam criar as condições jurídicas para destruir o pouco reservado à educação, à saúde, à assistência social e à infraestrutura do país. Assim, o conjunto de projeto de leis e leis apresentadas no período, tendo à frente a PEC 55, tem como princípio sustentar o parasitismo financeiro, dilapidar as riquezas nacionais e aumentar a exploração do trabalho. A consequência dessa política, se não barrada, será o aumento da pobreza, da miséria, e destruição de direitos históricos da classe operária e que beneficiavam a população assalariada.

Assim, a luta para derrubar a PEC 55, a MP 746, 759, barrar a reforma trabalhista e previdenciária deve ter como bandeira central a defesa do “Fim do Pagamento da Dívida Pública”. É preciso apontar a raiz dessas medidas, dessa política. A crítica à política de sustentação do capital financeiro nacional e internacional, bem como a denúncia da manutenção do orçamento ligado às despesas financeiras com o consequente estrangulamento dos recursos voltados às despesas primárias (direitos e serviços sociais), somente pode se materializar na luta intransigente contra o pagamento da Dívida Pública.

As medidas “propositivas” que buscam dar uma “alternativa” ao ajuste fiscal do governo federal, como a defesa do “imposto progressivo”, da “taxação das grandes fortunas”, de “fim da isenção dos grandes grupos capitalistas” e a limitada defesa da “auditoria da dívida pública” não correspondem aos ataques levantados pela burguesia e seus governos. Alimentam ilusões no parlamento corrompido que não serão alcançadas e que negam a raiz da submissão do país à política pro-imperialista que determina esse conjunto de medidas que devemos enfrentar.

Se não aproveitarmos esse momento de crise profunda, de destruição dos direitos, de destruição da educação pública e de sucateamento das universidades para propagar as causas dos chamados “retrocessos sociais” que atingem amplamente as massas, não o faremos nunca. A luta contra os projetos de leis e leis que destroem direitos, aumentam a exploração do trabalho e ampliam a barbárie social deve estar combinada com a bandeira pelo não pagamento da Dívida Pública e a defesa do socialismo.

Duas estratégias em choque

A submissão das necessidades dos trabalhadores às possibilidades de luta dentro do parlamento burguês é uma traição em qualquer período, mas, em momento de convulsiva crise social e econômica, de ofensiva do capital contra o trabalho, contra as condições de vida das massas exploradas, torna-se um crime de envergadura histórica.

E quais são as necessidades dos trabalhadores, da juventude, da classe operária que precisam ser defendidas mais agora do que nunca diante desse quadro?

a) O direito irrestrito à educação pública: nesse campo, que é próprio de nossa atuação, só podemos defender um sistema único de educação, vinculado à produção social, o que significa lutar contra o mercantilismo capitalista e o obscurantismo religioso, lutando contra o ensino privado, pelo seu fim, pela sua extinção. A coexistência do ensino privado e todas suas excrescências, como a educação a distância, com o ensino público é impossível. O ensino privado, o capital privado na educação, atua para esmagar o parco orçamento governamental, fragmentar a juventude e pressionar para que as instituições públicas também assumam formas de financiamento privado. Qualquer luta consequente só pode ser no marco da luta pelo sistema único e expropriação de toda rede privada.

b) O direito irrestrito ao trabalho: as terceirizações, os contratos precarizados, o fechamento de postos de trabalho representam mecanismos de aumentar a exploração do trabalho e tornar maior o desemprego crônico. Qualquer sindicato classista tem o dever de defender o trabalho a todos. Adaptação à flexibilização trabalhista e à existência do desemprego estrutural resulta em concessões aos interesses da burguesia. As bandeiras que correspondem às necessidades objetivas são de emprego a todos, escala móvel das horas de trabalho, fim da terceirização, efetivação de todos os contratados. Ceder às medidas que contribuem para excluir parcelas ou criar discriminações salariais não podem ser tolerados no meio sindical.

c) O direito à moradia e à terra: não é, em nosso país, menor o problema da habitação e do acesso à terra. Com a expansão nas universidades para os interiores do país, a realidade de atraso e dos desequilíbrios regionais ficou mais evidente para o movimento docente. Os movimentos dos sem-teto e sem-terra têm sido protagonista de grandes lutas no país. Em particular, a luta pela moradia tomou os grandes centros urbanos e o movimento sem-terra tem enfrentado brutal repressão no campo. A MP 759, conhecida como “Reforma da Reforma Agrária” representa mais um ataque à luta e à organização dos trabalhadores do campo. A repressão ao movimento de moradia com a prisão de lideranças também é exemplo disso. A defesa da revolução agrária e do direito à moradia são problemas da atualidade e devem ser empunhados também por nosso sindicato.

d) O direito à mobilização e à luta: parte da existência concreta na sociedade de classes é a necessidade sistemática dos assalariados e oprimidos de se defenderem contra os ataques da burguesia e de seus governos. Essa é nossa experiência. Na situação de crise econômica e política, a democracia caricata torna-se ainda mais frágil e as liberdades democráticas, de expressão e organização são tolhidas. A luta contra a “Escola sem Partido”, contra a lei anti-terrorismo, contra as perseguições e repressão cada vez maior é

fundamental nesse período. A defesa das organizações e mobilizações não pode ser apenas por meio de pronunciamentos, embora as denúncias sejam imprescindíveis. É preciso também organizar os comitês locais, regionais, estaduais de luta contra a repressão.

Esses quatro pontos que nos parecem essenciais nessa conjuntura e para os quais os participantes desse 36º Congresso devem dar resposta expressam em geral as duas estratégias fundamentais para a etapa que vivemos na luta de classes. Ou se assume a política revolucionária, expressa nas necessidades objetivas dos oprimidos e explorados e em choque com as instituições e democracia burguesa, ou se adapta à situação de crise e projetam políticas alternativas à saída burguesa para a crise, que é descarregar todo o seu peso sobre a população e sobre a classe operária, em particular. A primeira estratégia é a da defesa das reivindicações elementares combinada à defesa do socialismo e da revolução proletária; a segunda, a da luta eleitoral e parlamentar para supostamente resistir a esse conjunto de ataques, sem apontar as causas dos mesmos e sua superação.

As variantes em torno do “Fora Temer” e das “Eleições Gerais” convergem para a saída institucional, para a segunda estratégia. O problema não está em que as respostas e a estratégia revolucionária são distantes e não podem ser alcançadas imediatamente. Está em que as condições objetivas exigem que os sindicatos se lancem em defesa do programa dos explorados e de sua estratégia de poder próprio. Exigem que rechacem a estratégia burguesa, reformista, e suas respostas e consignas eleitoreiras. Um novo governo que substitua Temer em “novas eleições” será um “novo” governo burguês, que inevitavelmente continuará a descarregar a crise sobre os explorados. A burguesia está em uma fase de ofensiva, não se permite concessões, as menores que sejam. Ou acreditamos nisso ou sequer chegamos a entender porque houve o golpe institucional. Dilma caiu não porque era um governo democrático e popular e oposto à “agenda neoliberal”, mas justamente porque seu partido e sua aliança governamental não poderiam mais levar à frente a política burguesa de ataque à vida das massas.

O reformismo petista e sua derrota foi a lição desse período. Ele materializou a segunda estratégia, de “proposição”, de “alternativa” e de combinação de apoio direito e principalmente ao capital financeiro com uma suposta política de desenvolvimento nacional. Essa combinação tem um limite e esse foi alcançado. Agora, mais do que nunca, é preciso defender e lutar por meio da ação direta (greves, bloqueios, ocupações, etc.) pelas reivindicações imediatas e necessárias dos trabalhadores, defendendo dos direitos, os serviços, a força de trabalho, defendendo o trabalho e o salário. Agora é a hora de defender o não pagamento da dívida pública, os sistemas únicos de educação, de saúde, de previdência. Atuar pela construção de uma grande frente única dos exploradores contra os exploradores. A hora de empunhar a defesa do socialismo e da revolução proletária contra a crise histórica do capitalismo.

Plano de lutas e democracia

A possibilidade de levarmos à frente as lutas no interior das universidades e sermos parte da organização nacional das mobilizações contra as medidas do governo golpista de Temer depende também da democracia interna em nossas instâncias sindicais. Não é possível ter a política mais avançada com traços antidemocráticos que paralisam e criam desconfiança entre as bases.

Nesse sentido, é fundamental que os participantes desse 36º Congresso aprovem mudanças nos estatutos e nos regimentos de nossa entidade. Um princípio da democracia sindical é a defesa da pluralidade de ideias, a defesa da proporcionalidade direta. Não é possível que, em um sindicato nacional, com uma diversidade de correntes de pensamento, não haja como princípio a propor-

cionalidade em todas as suas instâncias de direção. A política de uma direção única, de uma chapa única choca-se com a experiência histórica dos trabalhadores em geral e, em particular, com a experiência no interior do movimento docente, com a criação e fortalecimento do PROIFES nos governos petistas. Quando as diferenças e divergências não podem se expressar no interior do sindicato, que é uma frente por natureza, expressam por um conjunto de distorções, como o fenômeno do divisionismo e fragmentação dos trabalhadores. As diferenças e divergências se resolvem pela discussão e deliberação democráticas. As direções devem expressar essas diferenças e posição majoritária deve ser testada e fiscalizada pelas posições minoritárias. Negar esse princípio é preservar traços burocráticos e antidemocráticos em nosso sindicato.

Do mesmo modo, em nossas instâncias de discussão e deliberação não se pode reproduzir as práticas autoritárias das burocracias sindicais, que criam mecanismos de eliminação das posições minoritárias, como os filtros dos grupos para que as propostas apresen-

tadas possam ser discutidas e votadas pelo plenário de delegados. Essa prática que é da CUT burocratizada, por exemplo, tem que ser eliminada de nosso sindicato.

Por fim, a democracia pressupõe assim a constituição da maioria e da minoria e a experiências nas lutas permite confirmar as posições dos grupos e das correntes políticas. A eliminação da democracia direta (voto, aferição da maioria e execução de sua política) por instrumento supostamente mais democráticos como o “consenso progressivo” ou a ação “apenas por consenso” leva, na prática, a execução da política de grupos majoritários que não se constituem como posição majoritária, mas preservam indefinidamente sua política sempre com o argumento que qualquer nova ideia, qualquer política diferente não é “consensual” e não pode ser testada pela luta. A defesa da democracia direta também deve ser um princípio que nosso sindicato deve desenvolver e lutar para levar a outras instâncias, como o Fórum de Servidores Públicos Federal de que participa.

33º Congresso da CNTE voltado a reconstituir a oposição burguesa

Um congresso burocrático, voltado à propaganda da estratégia eleitoral petista. A Corrente Proletária na Educação (POR) se destacou pela defesa do enfrentamento às reformas e ao governo golpista com o programa revolucionário. Para colocar em prática o plano de lutas aprovado, com indicativo de greve nacional a partir de 15 de março, o movimento precisará superar os entraves das direções burocráticas nos estados e municípios.

O congresso foi realizado de 12 a 15 de janeiro de 2017, em Brasília. A conjuntura era de ataques do governo golpista aos trabalhadores. Era recente a aprovação da PEC 55 no Senado, além do avanço do PLP 257, das reformas previdenciária, trabalhista e do ensino médio, além da “reforma da reforma agrária”. Todas com ênfase na retirada de direitos, visando a garantir a meta do superávit primário, com vistas à sustentação do parasitismo financeiro através do pagamento da dívida pública. Com tal situação, era de se esperar que o foco do congresso estivesse no enfrentamento a essas medidas reacionárias.

Contudo, a direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), nas mãos do PT (principalmente a corrente Articulação Sindical), preferiu dar centralidade às eleições de 2018. A presença do ex-presidente Lula na cerimônia de abertura deu o tom do encontro. Sua fala foi repetida pelos demais oradores do campo petista, com diferença de nuances. João Felício, presidente da Central Sindical Internacional, também expressou de maneira cristalina, no painel de política sindical do dia seguinte, o mesmo conteúdo.

Para esse setor, o decisivo está em defender a bandeira de “Diretas Já” em 2017 e a candidatura de Lula em 2018. Para isso, a aposta estaria em um “novo arco de alianças”, sem a presença dos “traidores” (referência vaga). Os novos aliados seriam os do chamado “campo progressista”, que inclui os de sempre, acrescentando especialmente a Frente Povo Sem Medo, ou seja, o PSOL. A ideia é partir da “recomposição das bases” do PT. Vencida a eleição, o PT realizaria as “reformas estruturantes” que ficaram pendentes dos mandatos de Lula e Dilma. São elas: a reforma política, dos meios de comunicação e outras. Esse é o programa apresentado pela Articulação Sindical e seus satélites.

A intervenção da Corrente Proletária na Educação (CPE) centrou na crítica estratégica, confrontando o programa da direção petista, empunhando o programa da revolução proletária. Não de forma abstrata, e sim em conexão com os problemas concretos que atingem os trabalhadores. A luta travada desde o chão de escola deve se voltar para o combate mais amplo, buscando se generalizar, criando as condições para a greve geral da educação, como parte da construção da

greve geral envolvendo o conjunto dos assalariados do país.

O congresso aprovou um calendário que aponta para a realização de assembleias e manifestações no dia 8 de março, com o objetivo de iniciar a greve uma semana depois (15/03). Tendo em vista a política da direção petista, voltada às urnas em 2018, é provável que essa deliberação seja brandida pelos burocratas como via de desgaste eleitoral dos golpistas. A tarefa da vanguarda é trabalhar essas contradições e buscar bloquear a tendência de desvio antigrevista, atuando desde as bases para que as assembleias assumam o controle da luta, aprovando as bandeiras que impulsionem a mobilização, o método da ação direta e criando os comandos de base para retirar o leme do movimento das mãos da burocracia sindical.

No manifesto, na resolução (tese) no caderno distribuído aos delegados, bem como em suas intervenções no plenário e nos grupos, a militância porista defendeu que o Congresso deveria centrar fogo no combate às reformas, com o método da ação direta e com unidade. Apresentou a proposta de se colocar em pé uma frente única sindical nacional em defesa dos empregos, salários e direitos. Defendeu que a luta para pôr abaixo o governo golpista dependia da maioria nacional oprimida se colocar no terreno da independência de classe, sob a direção do proletariado. O que implicava propagandear a estratégia de poder, que é constituir um governo operário e camponês, pela via da revolução.

Outro agrupamento que merece menção foi o da CSP-Conlutas. Este compareceu com uma bancada relativamente numerosa, considerando o conjunto das oposições. Compõem esse setor o MAIS, o PSTU, a Conspiração Socialista, o MLS e outros. Tentaram se diferenciar pelo balanço dos governos petistas, levantando aspectos como a criação da lei antiterror, as alianças com partidos apodrecidos na política burguesa etc. Não estavam errados ao fazerem a crítica com esse conteúdo. Acontece que o enfrentamento estratégico ficou em segundo plano, mesmo que tenham feito ocasionalmente críticas ao eleitoralismo impregnado no congresso. A justificativa de que não adianta “pregar aos convertidos” não serve, pois significa abrir mão da luta política.

A presença do PSTU, com a avaliação de que não houve golpe e a consigna de “Fora Todos”, gerou muitos atritos, o plenário constantemente o recebia com vaias e o qualificava como “golpista”. Tal hostilidade se devia também à atitude desse partido no congresso da Apeesp, no final do ano passado, de virar às costas ao Lula quando esse fazia sua fala. O que se repetiu na CNTE. Os reformistas não admitem tal atitude, têm por Lula uma adoração religiosa. A CPE, assim como outros agrupamentos, optou por se retirar do plenário. É certo que sua origem é pobre, nordestina e operária. Mas é fato também que ele e o PT se afundaram na política burguesa, realizando sucessivos governos pró-capitalistas.

Foi nesse aspecto que os delegados poristas se concentraram. Procuraram demonstrar que existiam dois programas no congresso. O reformista, onde se encaixavam, com variações (como as do centrismo), quase todos os agrupamentos presentes; e o proletário, defendido pela militância da CPE. Entrando nesse debate, os que apregoam a possibilidade de elevar a vida das massas e desenvolver o país por meio de reformas graduais acusaram o POR de não apresentar nada para agora. Acusaram-no de utopismo. Cenicamente, dizem até concordar com a ideia de socialismo, mas para um futuro. Os centristas de diversas matizes, incluindo os da oposição, geralmente se juntam aos reformistas nesse ataque ao POR. Essa acusação, contudo, não é novidade para os marxistas. Foi devidamente respondida na plenária do dia 15. Nesse momento, discutiam-se em bloco os temas de política educacional, balanço, políticas permanentes, estatutos, moções e o plano de lutas (tratado em um momento à parte). A defesa feita no microfone indicou que o veredicto deveria ser dado pela experiência concreta. Não se tratava de diluir o debate nos “pontos de vista”. Em outras palavras, era necessário um balanço. Não dá para fingir que o PT não esteve mais de uma década no poder. E também não dá para fazer o balanço pela metade, contando a experiência até os ditos “avanços” do governo “democrático-popular”. Não dá para ignorar o golpe, como se não devesse entrar na avaliação, como se fosse um desvio accidental de rota.

Os exemplos citados pelos companheiros da CPE foram basicamente três: primeiro, foi demonstrado como a luta por emendar os planos nacional, estaduais e municipais de educação, pela via parlamentar-institucional, concluiu num fracasso. Afinal, só para citar um dos aspectos, toda a batalha pelos 10% do PIB acaba de ser jogada na lata do lixo com a aprovação da PEC 55. Os setores de oposição, particularmente os do PSOL, também se encaixam nessa crítica, estiveram enfronhados na linha de pressão parlamentar. A aceitação, lá atrás, de planos com uma essência claramente privatista, desviou os trabalhadores da luta em seu próprio terreno, que é o da luta independente dos governos e patrões, com seus próprios métodos. Outro exemplo é o das chamadas políticas de “reparação histórica”, voltadas para combater as opressões sobre negros, mulheres e homossexuais. O reformismo alimentou (e alimenta) a ilusão na possibilidade de aplicar, de forma combinada, ações de coerção e educação, para gradualmente ir curando essas chagas. No caso da Lei Maria da Penha, o que os dados demonstram é que teve um curto período de queda nas estatísticas de violência, para logo depois subir brutalmente. No caso das cotas, verifica-se que a maioria negra continua fora das universidades e rios de dinheiro público foram parar nos bolsos dos capitalistas do setor. E agora, diante do avanço do governo golpista sobre os direitos dos explorados, até essas medidas limitadas se encontram em risco.

O POR demonstrou a necessidade de compreender o racismo e a opressão sobre a mulher e sobre o homossexual como manifestações particulares da opressão de classe. É preciso, portanto, ir à raiz do problema para extingui-lo. É preciso combater o capitalismo. Não é

possível conquistar a liberdade plena da humanidade numa sociedade de classes. Por isso também, não é possível uma “educação emancipadora”, como dizia Paulo Freire (homenageado pela CNTE, que batizou o 33º Congresso com seu nome).

O terceiro exemplo tem a ver com a questão do emprego. O país tem cerca de 13 milhões de pessoas sem trabalho. Durante o processo de impeachment, as demissões rolaram à rodo e a burocracia não esboçou qualquer reação. Pelo contrário, passou a negociar as demissões. Defendeu com unhas e dentes o PPE (Programa de Proteção ao Emprego), que significa diminuir a jornada, com redução de salários. Seguiu apontando o lay-off, os PDVs, banco de horas e outras medidas de defesa dos interesses dos capitalistas. Trata-se de uma atitude criminosa. A primeira obrigação de uma direção operária é defender o emprego, que é o mesmo que defender a vida do trabalhador e sua família. Não se pode transigir nesse ponto, sob o risco de cruzar a trincheira para o lado da classe inimiga. O argumento de que o PPE seria um remédio transitório e servia para evitar o pior, as demissões, mostrou-se profundamente equivocado na prática. As demissões vieram. E o mais grave: a burocracia sindical, em especial a dos metalúrgicos do ABC, temendo erguer a classe operária e esta acabar se voltando contra o governo Dilma, que se encontrava acosada pelas manifestações da direita golpista, concluiu imobilizada. Não moveu uma palha. Estava amarrada pela sua política de conciliação de classes. Com os professores, em 2016, se deu um problema análogo. As lutas que se ergueram permaneceram isoladas pelas direções corporativistas.

Essa importante denúncia, ao lado da demonstração do caráter inócuo da política reformista para a educação e sobre as opressões, foi ouvida em silêncio pelo plenário. Ao contrário da CSP-Conlutas, que se utilizava do microfone para acicatar os petistas, o POR usou esses elementos do balanço para demonstrar o quanto é utópica a política de “humanizar” o capitalismo e caminhar de reforma em reforma, até atingir uma sociedade superior. As crises do capitalismo são inexoráveis, porque são estruturais. Não são reflexos do “avanço das políticas conservadoras e neoliberais”. O contrário é o que se passa, o agigantamento da barbárie é consequência do esgotamento do capitalismo, fruto do choque entre as forças produtivas altamente desenvolvidas com as relações de produção monopolistas e as fronteiras nacionais.

A queda de Dilma, assim como a continuidade da crise política no governo Temer, foi determinada pela debacle econômica. É o que acontece aos que se propõem a administrar o Estado burguês. Dessa forma, a proposição reformista não se mostra apenas utópica, conclui necessariamente como reacionária, na medida em que se volta abertamente contra os explorados. É verdade os marxistas lutam por reformas, mas não as convertem em seu objetivo. A reivindicações parciais servem na medida em que levam as massas ao choque com a classe dominante e seus governos, permitindo a elevação da consciência socialista e como ponto de partida da luta pelo poder.

Tais considerações estratégicas serviram para combater as posições reformistas e centristas. A Articulação Sindical e aliados estavam propondo repetir o erro fundamental, indicando a via eleitoral em 2018 como eixo da intervenção dos trabalhadores no próximo período. A suposta autocrítica feita, anunciando um “novo arco de alianças” sem os “traidores”, para fazer as “reformas estruturantes” implicava reanimar suas bases, realimentando as ilusões numa saída falida.

Vale mencionar a hipocrisia que está por trás dessa autocrítica. Ao mesmo tempo em que se apresentava essa tese no movimento sindical, os parlamentares do campo petista se esmeravam em eleger Milton Leite presidente da Câmara de Vereadores de SP, do golpista

DEM, o mesmo partido de Rodrigo Maia, que contou com o apoio velado dos petistas e aberto do PCdoB para a presidência da Câmara dos Deputados. O que indica a continuidade das alianças com setores burgueses, inclusive os mais direitistas. Lula, se eleito em 2018, seguirá refém das oligarquias, do capital nacional e do imperialismo.

Apesar do caráter demagógico do chamado para novas alianças, houve quem mordesse a isca. O PCO, é bem verdade, já foi fisgado faz tempo, se posiciona como quinta coluna da Articulação Sindical. Renunciou à sua política, se é que algum dia esteve de posse de uma linha própria, para blindar o PT contra qualquer crítica. Apostou num ataque indireto, agulhando o PCdoB. Puro teatro. O fato é que o PCO respondeu à crise política com caracterizações equivocadas (“golpe fascista”) e sem se guiar pela estratégia proletária. Se juntando aos reformistas e centristas no apontamento de que essa saída “não estava colocada”. O POR não disse que estava colocada imediatamente a tomada do poder pela classe operária, mas sempre indicou que a tática para enfrentar o golpe deveria se orientar por essa estratégia, que permitia atuar com independência de classe.

O PSOL parece ter gostado do aceno para 2018. Ao menos algumas de suas correntes internas, como a “Apeoesp na escola e na luta”. Um de seus representantes de Cotia, falando em nome da Intersindical (lembrando que existem duas, houve um racha a não muito tempo atrás), fez uma fala apaziguadora, mantendo uma crítica genérica sobre a conciliação de classes. A verdade é que o PT tem uma política reformista mais concreta, aceita fazer as alianças e pronto, porque sabe que não é possível caminhar no terreno do inimigo contra ele e esperar algum êxito. O PSOL, como agrupamento reformista surgido de uma ruptura à esquerda do próprio PT, tem apego à via institucional e ao eleitoralismo.

Esta aproximação resultou em uma chapa separada da Intersindical para a eleição da direção da CNTE. Os agrupamentos desse campo anunciaram a pretensão de compor uma chapa unitária de todo o congresso. Não prosperando essa alternativa (e era óbvio que isso aconteceria), optaram por sair sozinhos. Houve quem, desse bloco, se manifestasse pela unidade com as oposições. O que revela que o possível alinhamento em 2018 não será tranquilo para o PSOL. O partido encontrará resistência interna. Basta lembrar que um dos motivos para a ruptura do MAIS com o PSTU foi justamente o apoio

à candidatura de Erundina em São Paulo, pelo PSOL.

A aproximação PT-PSOL tem a ver com o objetivo petista de “recompor suas bases”, como foi afirmado publicamente no congresso. Isto é, Lula está de olho nos votos que a classe média deu ao PSOL nas últimas eleições, compreendendo que foram votos que se deslocaram do petismo por conta da crescente desilusão com Dilma. Não é demais recordar que a ex-presidente jurou manter os direitos sociais e começou o segundo mandato indicando Levy para ministro e editando as MPs 664 e 665.

Sobre a eleição para a direção, entra ainda um parêntese: o congresso aprovou aumentar o mandato, e consequentemente o intervalo de um congresso a outro, de três para quatro anos. Houve três chapas concorrendo: a do bloco da direção (Chapa 30, com as correntes ArtSind, Articulação de Esquerda, CSD, CUT Pode Mais, O Trabalho, MS e CTB); a das oposições (Chapa 10), a qual a CPE integrou, com diversas correntes, a maioria ligada à CSP-Conlutas; e a da Intersindical (Chapa20). Tiveram, respectivamente, 86,8%; 9,7% e 3,3%. O ex-presidente Roberto Leão, que ocupou o posto por muitos anos, dá lugar agora a Heleno Araújo.

De resto, cabe mencionar que foi um congresso marcado pelo burocratismo. Na plenária regimental, os delegados da CPE foram basicamente os únicos a fazer propostas de alteração: diminuindo os painéis (palestras em que falam os figurões e os delegados ouvem passivamente) e ampliando os grupos de discussão para que as resoluções fossem debatidas à luz da experiência concreta nos estados e municípios. Outra colocação foi no sentido de fazer a eleição da direção no último dia (estava previsto e aconteceu no penúltimo) evitando o esvaziamento das plenárias em função da retirada das delegações.

Prevaleceram as atividades culturais, um ato inócuo “em defesa da democracia” e um quadro geral delimitado pela amplíssima maioria do petismo, fazendo do encontro um jogo de cartas marcadas. Coube ao POR o debate estratégico. Daí a importância de superar seu estágio embrionário e penetrar nas massas exploradas. O terreno para desenvolver essa tarefa histórica está dado. Diante da ofensiva burguesa com as reformas reacionárias, certamente se erguerão os choques espontâneos. Caberá ao partido, de posse do marxismo revolucionário, atuar para transformar o descontentamento das massas em ação consciente, classista.

O problema não é a guerra entre facções, mas sim o sistema capitalista em decomposição

Os massacres nos presídios do Amazonas e Roraima, encadeados com rebeliões, fugas e mortes em outros presídios da região e de outros estados, trouxe à tona novamente a crise prisional, que se tornou, não só no Brasil, mas no mundo todo, mais uma chaga da sociedade capitalista. Os massacres não seriam um problema para a burguesia, caso não causasse uma comoção nacional e internacional diante de tamanha barbárie.

A demora do governo em dar uma resposta à situação, a declaração de Temer de que o massacre foi um “acidente” e a sua tentativa de responsabilizar os estados pela questão prisional, a fala do ministro Alexandre Moraes de que era apenas uma questão de separar presos por graus de periculosidade. Depois disse que era devido à corrupção dos agentes penitenciários. O anúncio de um Plano de Segurança Nacional retirado da cartola, levou o governo a receber uma enxurrada de críticas por parte de setores da mídia burguesa que exigem do governo federal que tome ações mais enérgicas para aumentar o controle e repressão ao crime or-

ganizado, como uma maior centralização burocrática do sistema prisional (que hoje se encontra mais “federalizado”) e um intenso aprimoramento do aparato prisional (construção e modernização das prisões) e policial. Os setores burgueses que pressionam o governo para o corte de despesas (ajuste fiscal), são os mesmos que pressionam para que, no caso do aparato repressivo, o governo não hesite em gastar e fazer o que for necessário para preservar a ordem capitalista e esconder as chagas da barbárie social.

Por trás dessas propostas de fortalecimento do aparato prisional e policial está a tese defendida por setores da mídia monopolista de que a causa da situação de barbárie nas prisões está na guerra entre facções. Apesar de terem de admitir que a superlotação e as condições degradantes favorecem ao surgimento das facções, escondem a raiz de classe do problema, e propõem como solução o combate às facções a partir do maior controle e repressão pelo Estado.

A causa fundamental da crise carcerária não está nas facções,

mas sim nas contradições sociais engendradas pelo capitalismo em decomposição. A briga entre facções é só a forma como essas contradições se manifestam em dado momento. Há outras formas como acertos de contas, cobranças de dívidas, punição por estupro, etc. Não se descarta inclusive a hipótese que de parte das mortes durante a rebelião tenham sido por outras motivações que não a briga de facções. O fundamental é que as múltiplas formas que assumem a barbárie social nas prisões têm raiz nas condições de vida degradantes dos presos. A destruição dos postos de trabalho, com o crescente desemprego, põe à margem da produção social uma grande parcela dos explorados, principalmente a juventude pobre, que não vê outra saída para a sua situação de miséria a não ser a da criminalidade, que aparece como uma falsa solução à curto prazo, apesar dos riscos. Quando privados de liberdade, sofrem da ausência de condições mínimas de habitação e higiene, do isolamento social, torturas, etc. A insatisfação crescente nas prisões são o combustível para as rebeliões e as mais variadas formas de barbárie social.

As facções acabam capitaneando parte dessa insatisfação e direcionando para seus fins de enriquecimento pelo narcotráfico. Nada mais são do que aparatos de cooptação de parte da juventude pobre, utilizando-a como instrumento da burguesia narcotraficante. Os presos enxergam na sua facção a via pela qual poderão escapar das condições degradantes e de privação de liberdade, ou pelo menos uma forma de atenuar as más condições em que vivem na prisão, a partir da hegemonia de sua facção. Em nome de sua facção e iludidos na falsa promessa de liberdade, os presos se matam uns aos outros. Nesse jogo, quem acaba ganhando é a burguesia narcotraficante e a alta cúpula das facções, que são os que detêm o controle dos negócios, os que têm prioridade para as fugas, e até mesmo os que usufruem de regalias na prisão (celas mais aparelhadas, privacidade, etc.), em um processo de hierarquização dentro da própria facção.

A barbárie no sistema prisional é apenas parte de uma crise maior, expressão das tendências de destruição das forças produtivas (a força de trabalho é parte das forças produtivas) em contradição com as relações capitalistas de produção, o que evidencia a fase de decomposição do capitalismo. Para a burguesia

Estudo crítico na Paraíba

O que é o revolucionário profissional, de Guilherme Lora

A célula da Paraíba realizou uma formação aberta tendo como base o folheto “O que é o revolucionário profissional”, de Guilherme Lora. O estudo desse material foi construído como parte do estudo crítico com a militante do POR na Paraíba, pela indisciplina cometida no movimento de ocupação da UFCG, relatado no Massas 533. A formação foi feita em dezembro, ainda durante a ocupação do bloco BG.

Na atividade, estiveram presentes militantes das correntes que atuaram na ocupação, como Levante Popular da Juventude, UJR/PCR, além de militantes do movimento LGBTQ's e estudantes da universidade. O folheto foi apresentado pela militante em processo de autocrítica, gerando várias discussões acerca do tema, fortalecendo a ideia da diligência no processo da luta revolucionária, bem como o comprometimento que o militante profissional deve ter com a estratégia da revolução e ditadura proletárias. A escolha do folheto mostrou-se de forma acertada não só para assimilação da militante no momento da autocrítica, como também correspondeu o momento em que se encontrava o movimento estudantil da UFCG.

As questões levantadas durante a discussão foram, em sua maioria, de acordo com o texto apresentado, tendo apenas uma

colocação de discordância com a palavra “moral”, utilizada por Lora na expressão “moral revolucionária”. O militante do Levante Popular da Juventude se opôs à questão semântica da palavra, afirmando ter uma conotação acarretada de conservadorismo. Foi explicado ao companheiro que a ideia de “moral” tem sua importância em relação ao estilo de vida de um militante profissional, ou seja, do militante que dedica a sua vida à construção do socialismo. Neste caso, apelar para uma questão semântica é negligenciar o comprometimento com a revolução. É típico do reformismo e do academicismo se apegar a termos linguísticos e até criar novos conceitos para se afastar da questão material na qual estão implicadas todas as esferas de opressão capitalista.

A militância profissional implica, pois, na integridade do militante, numa postura moral de sempre dizer a verdade às massas, não as ludibriar com conceitos abstratos ou com políticas reformistas, como se fosse possível reformar um sistema em plena decomposição. Um militante revolucionário só pode estar vinculado a um partido revolucionário, que nos dias atuais se ergue com o centralismo democrático e com um programa de transição que interliga as necessidades mais imediatas à estratégia da revolução. É através do partido que se molda o revolucionário profissional.

Viva a Conferência Regional do POR!

No dia 21 de janeiro foi realizada a Conferência Regional do Partido Operário Revolucionário, da qual participaram São Paulo, Paraná e Rondônia. Contou com um informe da situação política (“Pontos sobre a econômica e política”), resoluções (sobre o governo Temer, sobre o estado de São Paulo e sobre as reformas trabalhista, da previdência, do ensino médio, reforma da reforma agrária, ajuste fiscal e reforma política). Fez parte da Conferência um informe de atividades de cada frente. Sobre a situação internacional, a Conferência regional se apoiou no documento aprovado pelo Congresso do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, de forma que não foi redigida uma resolução específica para a Conferência.

A Conferência iniciou, justamente, com o informe da situação mundial, destacando: 1) a continuidade do processo de desintegração do capitalismo mundial, golpeado pela crise de superprodução; 2) a ofensiva do imperialismo sobre os países semicoloniais; 3) os conflitos interimperialistas que se manifestam nos impasses da União Europeia; 4) o impulso das tendências bélicas que indicam o acirramento da guerra comercial, em particular no Oriente Médio e na Ásia; 5) a necessidade dos governos descarregarem a desintegração do capitalismo sobre as massas; 6) o fortalecimento das tendências do nacionalismo xenófobo e fascizante; 7) as profundas contradições do capitalismo nos Estados Unidos e mundial que deram lugar à eleição de Trump; 8) os retrocessos na América Latina marcados pelo avanço da restauração capitalista em Cuba e pelo acordo na Colômbia que liquida as Farcs; 9) esgotamento dos governos nacional-reformistas e ofensiva das forças da direita burguesa francamente pró-imperialista; 10) as tendências de luta do proletariado mundial, assinaladas pelas greves na França, e das camadas da pequena-burguesia urbana golpeadas pela crise econômica; 11) a luta pela independência da classe operária diante da burguesia, seus governos e seus agentes que controlam os sindicatos; 12) o trabalho voltado a penetrar o programa da revolução proletária no seio dos explorados e construção do partido marxista-leninista-trotskista; 13) o lugar do Comitê de Enlace no trabalho nacional e internacional voltado à superação da crise de direção e reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional; 14) a vigência do programa que encerra a estratégia e o princípio da bandeira de Estados Unidos Socialistas da América Latina; 15) a luta proletária e da maioria oprimida contra a ofensiva do imperialismo e a aplicação da tática da frente única anti-imperialista. Em torno do rico informe, se realizou uma calorosa discussão sobre o caráter estrutural da crise mundial, as leis econômicas e históricas do capitalismo da época imperialista, a luta revolucionária na América Latina, a importância da presença do POR na Bolívia, a necessidade de se aprimorar o trabalho coletivo do Comitê de Enlace e os vínculos da grave crise por que passa o Brasil com a crise mundial e suas manifestações na América Latina.

Em seguida, passou-se para o informe nacional, em que se destacou: 1) a natureza econômica, política e social do golpe institucional que derrubou o governo petista; 2) o lugar da fração paulista da burguesia nacional na condução do golpe; 3) o caráter oligárquico

da democracia e dos partidos burgueses; 4) a mecânica das classes sociais diante da crise de governabilidade e do movimento golpista; 5) o fracasso do nacional-reformismo petista, que se curvou diante do grande capital e do imperialismo; 6) a frente popular como instrumento tático da política estratégica de conciliação de classes do PT e aliados; 7) o movimento anti-impeachment subordinado à democracia burguesa e às instituições do Estado burguês; 8) a reorganização do PT no campo da oposição burguesa; 9) a continuidade da política de conciliação de classes pós impeachment; 10) a colaboração da burocracia sindical com as demissões em massa e a aplicação da flexibilização capitalista do trabalho resultam em traição aos interesses dos explorados; 11) a impotência do reformismo e da burocracia sindical diante das reformas antinacional e antipopular de Temer; 12) a incompreensão, os erros e o oportunismo das esquerdas centristas diante do golpe; 13) as tarefas diante da ofensiva capitalista contra as massas e as reformas do governo golpista; 14) a luta pela independência do proletariado; 15) o vínculo das reivindicações dos explorados e do combate ao governo pró-imperialista de Temer com a estratégia própria de poder do proletariado, do governo operário e camponês e da ditadura do proletariado.

O informe foi submetido à discussão. Vários delegados e participantes analisaram aspectos da crise econômica e política, convergindo para a avaliação de que as posições do POR têm sido confirmadas pelos acontecimentos e que se trata de avançar na organização partidária.

Os documentos serão logo mais publicados na forma de folheto. A segunda parte da Conferência foi dedicada aos balanços das frentes e das regionais. Realizou-se uma discussão crítica e autocrítica, que concluiu com a seguinte resolução: 1) o POR, hoje, intervém no seio dos movimentos e está vinculado à luta no interior dos sindicatos e organizações estudantis; 2) a tarefa principal é a de ampliar e melhorar o trabalho voltado à classe operária; 3) somente a organização nas fileiras do proletariado potencializará o partido e impulsionará a independência dos explorados diante da burguesia e de seus agentes nos sindicatos; 4) melhorar o trabalho com o jornal Massas e com as publicações do partido; 5) a superação da timidez da militância em divulgar o Massas depende da elevação da consciência revolucionária, das respostas cotidianas aos problemas vividos pelos explorados e penetração do programa nos movimentos; 6) é preciso cuidar da formação de quadros marxista-leninistas; 7) o curso sistemático de formação política deve ser melhor trabalhado e assimilado pela militância.

A Conferência concluiu com um pronunciamento de uma camarada do Paraná, que chamou os presentes a saudar a Conferência com um viva à construção do partido marxista-leninista-trotskista.

No dia seguinte, 22 de janeiro, foi realizado um ato político de lançamento do livro “As esquerdas no Brasil – o trotskismo diante da tarefa de constituir o partido revolucionário”. Em seguida, realizou-se a escola de quadros tendo por base o folheto de Guilherme Lora, “Projeto de Informe sobre a América Latina”, de 1977.



ATO POLÍTICO DE LANÇAMENTO DO LIVRO “AS ESQUERDAS NO BRASIL – O TROTSKISMO DIANTE DA TAREFA DE CONSTITUIR O PARTIDO REVOLUCIONÁRIO”

O Partido Operário Revolucionário (POR) publicou, no mês de dezembro, o seu quinto livro.

O primeiro, reúne os documentos de Congressos e Conferências. Tem como título “20 Anos Construindo o Programa”, 2 de julho de 2009. A apresentação conclui dizendo: “*A construção do partido marxista-leninista-trotskista é uma obra histórica do proletariado brasileiro e internacional. Não será edificado com improvisações. A militância que procura atalhos fica para trás. As correntes que subestimam a tarefa de assimilar coletivamente o marxismo, que desprezam o programa e que procuram o êxito momentâneo terão vida curta. Os Congressos e Conferências do POR testemunham o esforço da militância porista em dominar as leis da história e aplicar o materialismo histórico*”.

O segundo, foi dedicado à publicação do Programa do POR, 15 de janeiro de 2014. O programa foi aprovado no XII Congresso desse mesmo ano. Em 1993, no seu III Congresso, estabeleceram-se as bases programáticas. O que mostra a enorme preocupação do POR em assentar os passos do partido-programa. Diz: “*O POR se distingue das demais correntes que se reivindicam do trotskismo por se construir como partido-programa. É impensável para os marxistas um partido apoiado tão-somente em análises conjunturais, documentos teóricos, declarações e manifestos. Por mais importantes que sejam tais formulações, não revelam as leis históricas do país que permitem ao proletariado se erguer como força consciente e transformadora (...)* O Programa aprovado no XII Congresso se alicerça na exposição e revelação de tais leis históricas que conformam o capitalismo mundial e suas refrações nacionais no Brasil e que levam à revolução proletária”.

O terceiro, “Socialismo ou Barbárie”, 10 de dezembro de 2015, contém uma análise histórico-programática dos 50 anos do golpe militar no Brasil, dos 40 anos no Chile, a resistência armada no Brasil, a revolução e contrarrevolução no Egito, a intervenção do imperialismo no Norte da África e Oriente Médio, a guerra civil na Ucrânia e a crise político-econômica na Grécia. Sintetiza, assim, o esforço do POR em expressar o desenvolvimento da crise mundial do capitalismo e o combate dos explorados. Esse livro foi dedicado à luta de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, assassinados em 15 de janeiro de 1919, que diz: “*Honramos a memória desses revolucionários, dando continuidade à luta pela revolução proletária e pela sociedade comunista*”.

O quarto, “Ascenso e Queda do PT”, 23 de junho de 2016, reúne artigos e documentos que expressam a história viva do PT. Destaca o papel dos revolucionários em torno da construção do partido revolucionário. Essa publicação se tornou necessária diante da crise política e do golpe institucional que derrubou o governo de Dilma Rousseff. Condensa, assim, o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo. Afirma que “*A tese da possibilidade de realizar uma profunda democratização do Estado e de alcançar uma democracia econômica, que permitissem aos explorados participar e decidir sobre o destino do País, desmoronou com a adaptação do PT às forças oligárquicas*”. A luta pela construção do partido revolucionário no Brasil, como o leitor poderá ver, esteve vinculada à experiência da construção do PT. E o fundamental dessa experiência esteve e está na elaboração do programa de transformação

do capitalismo e edificação do comunismo. O POR destaca em sua capa Marx, Engels, Lênin e Trotsky por expressar a vigência das leis históricas do marxismo-leninismo-trotskismo e a importância do Partido Mundial da Revolução Proletária, em nossa época, da IV Internacional.

Em 28 de novembro de 2016, o POR publicou “As Esquerdas no Brasil – o trotskismo diante da tarefa de constituir o partido revolucionário”. Trouxe em sua capa o dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, Guilherme Lora, falecido em 2009. Diz: “*O programa expressa, no plano da estratégia, os objetivos históricos do proletariado, que somente podem ser claros e devidamente definidos com a ajuda do conhecimento e aplicação das leis da revolução permanente, isto é, da revolução de nossa época e particularmente da que tem lugar nos países atrasados*”.

Destacamos, em todos os livros, a importância de assimilar a rica experiência do POR boliviano, as formulações teóricas de Lora, como parte da consolidação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional.

A Conferência do POR, de 21 de janeiro de 2017, dedicou uma parte à apresentação do livro “As Esquerdas no Brasil”. Eis os principais pontos da exposição:

1. Esse livro compõe uma unidade com o livro sobre o “Ascenso e Queda do PT”. A essência é a

construção do partido revolucionário;

2. Neste percurso, destacamos duas variantes, que são obstáculos à construção do partido-programa: a) O nacional-reformismo, que arrastou uma parcela da vanguarda e que abriga duas correntes pseudo-trotskistas. A Democracia Socialista (DS), que se degenerou e se dissolveu no PT e a Corrente O Trabalho, embora adaptada ao PT, procura comparecer como sua ala esquerda, mas que serve, na realidade, para acobertar a política antiooperária do PT; b) o centrismo, encarnado pelo PSTU, que negou a tarefa de construção do partido-programa, se colocou no mesmo campo dos reformistas. O centrismo, assim, fará parte do denominador comum em torno da estratégia do “governo dos trabalhadores”. Esse será um problema do trotskismo no Brasil, desde sua origem nos anos 1930, com Mário Pedrosa. Outras correntes que se reivindicam do trotskismo, como o Partido da Causa Operária, que tinha no seu início a defesa do governo operário e camponês, mas que diante do ascenso eleitoral do PT foi modificando sua estratégia de governo e, hoje, se encontra adaptado ao “governo dos trabalhadores”;
3. Nesse livro, procuramos mostrar o conteúdo de classe da consigna de “governo dos trabalhadores”, porque é o que une as diferentes correntes que se dizem trotskistas. A crítica a essa consigna é a da sua adaptação às eleições e a de diluir a questão de classe. O conceito de “trabalhadores” envolve o conjunto de assalariados. Portanto, uma estratégia de governo ajustada à pequena burguesia e suas aspirações democratizantes. Ao contrário, o POR, no pouco tempo que esteve no PT e fora dele, sempre se posicionou pelo “governo operário e camponês”, expressão da ditadura do proletariado. O que implica a política de aliança de classe (operária e camponesa), sendo a classe operária a dirigente da maioria explorada. A estratégia



- de governo separa a política do proletariado da política burguesa e suas variantes;
4. A estratégia define o programa de reivindicações e sua tática. Isso é essencial para a caracterização da revolução no Brasil, que deverá ser de maioria nacional sob a direção do proletariado (classe revolucionária, pelo lugar que ocupa no processo de produção social). A revolução em um país semicolonial, como o Brasil, implica a luta pela emancipação nacional. A tática da frente única anti-imperialista se opõe, assim, à tática de frente popular e frente de esquerda eleitoral (própria da estratégia do “governo dos trabalhadores”). Não por acaso, as correntes centristas acabam renunciando ao Programa de Transição, rebaixando as reivindicações vitais dos explorados ao campo do que é “possível” de se conquistar nos marcos do capitalismo e da democracia burguesa. Afirmamos que o que mobiliza as massas são suas necessidades, daí a importância de propagandar as reivindicações transitórias, combinando-as com a luta pelo fim do capitalismo e a implantação do socialismo;
 5. Os centristas se adaptam às pressões da pequena burguesia e do reformismo. Não por acaso, combatem o governo operário e camponês e a ditadura do proletariado. Dizem que as massas rejeitam a palavra ditadura, quando na realidade são os reformistas. Pela necessidade de se construir na classe média se adaptam aos seus preconceitos e prejuízos. O POR procurou expressar esse embate de posições nos vários artigos e documentos de época reproduzidos no livro;
 6. Nessa publicação, o POR pôde expressar a luta pelo interna-

- cionalismo proletário. Não deixou de mostrar as dificuldades de pôr em pé o Partido Mundial. Também publicou a campanha das correntes centristas contra o POR boliviano, publicando vários artigos sobre o revisionismo trotskista contra o POR da Bolívia e seu dirigente Guillermo Lora;
7. A última parte do livro traz a história do trotskismo no Brasil. Ressaltamos aqui a conclusão do fracasso de se pôr em pé um partido trotskista em nosso país. Fracasso esse expresso desde sua origem pela incompreensão de tomar em suas mãos a tarefa de construir o partido-programa, assentado nas conquistas do proletariado mundial e na tarefa de reconstrução da IV Internacional, dilacerada após a morte de Leon Trotsky.

A exposição concluiu dizendo que o livro concentra a história da constituição do programa do POR no Brasil. É o resultado de nossa luta programática diante das correntes de esquerda. Expressa a elaboração coletiva da militância e nossa trajetória na formação dos quadros marxistas, rompendo a camisa de força entre os que pensam e os que fazem. É nosso dever militante trabalhar para divulgá-lo junto à vanguarda.

Abriu-se o debate. Vários camaradas fizeram considerações sobre o conteúdo geral do livro e aspectos particulares. Foi frisado que as publicações do POR refletem o enorme esforço nas condições embrionárias de seu desenvolvimento. No entanto, o maior patrimônio está em que resulta da militância aguerrida dos poristas e da consequente elaboração coletiva. O ato político de lançamento do livro se encerrou com um VIVA à publicação e à luta revolucionária dos marxistas.

15 de janeiro de 1919, aniversário do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht

Rosa Luxemburgo nunca foi feminista

Rosa Luxemburgo foi uma brilhante representante da classe operária. Contrariando alguns falsificadores de seu pensamento, Rosa nunca foi feminista, mas sim uma lutadora tenaz pela libertação da mulher, uma vez que o feminismo representa a conquista política de direitos para somente um setor das mulheres, a burguesia e a pequena burguesia acomodada. A luta das classes oprimidas - operárias e camponesas etc. - expressa uma perspectiva qualitativamente distinta da disputa feminista. A sua luta pelos direitos políticos serve de meios que permitem tanto aos explorados como as exploradas alcançarem sua libertação real, e não a reacomodação de funções na máquina da exploração capitalista. O movimento “Nenhuma a menos” é um exemplo em nosso país (Argentina) desta diferença, a perspectiva dessa luta comandada pelo feminismo burguês e pequeno-burguês é a autossatisfação moral, velas e lágrimas, nada mais. Para as mulheres mais oprimidas do país, a violência contra a mulher é uma expressão do sistema decadente, que para reproduzir-se e continuar existindo não lhe importa consumir as vidas que sejam necessárias - os baixos salários, um sistema de saúde precários, condições de moradia paupérrimas, etc. são tão reais quanto à violência contra a mulher, que são assassinadas diariamente. A luta fragmentada, isto é, por um só destes aspectos não chega à raiz do problema.

No artigo de 5 de março de 1914, Rosa nos explicava esta diferença com total clareza.

“A mulher burguesa não está interessada realmente nos direitos políticos, porque não exerce nenhuma função econômica na sociedade, porque goza dos frutos maduros da dominação de classe. A reivindicação da igualdade de direitos para a mulher é, no que concerne às mulheres burguesas, pura ideologia de débeis grupos isolados, sem raízes materiais, um fantasma do antagonismo entre o homem e a mulher, uma extra-

vagância. Daí o caráter burlesco do movimento sufragista. A proletária necessita de direitos políticos, porque na sociedade exerce a mesma função econômica que o proletário, trabalha como escrava da mesma maneira para o capital, sustenta igualmente o Estado, e é explorada e dominada da mesma forma que o proletário. Tem os mesmos interesses e necessita das mesmas armas para se defender. Suas exigências políticas estão profundamente arraigadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores, não no antagonismo entre homem e mulher, mas sim no antagonismo entre o capital e o trabalho (...) Formalmente, os direitos políticos da mulher podem ser acomodados harmonicamente no Estado burguês. O exemplo da Finlândia, dos estados norte-americanos e de alguns outros lugares demonstra que a igualdade de direitos das mulheres não desmorona o Estado, nem socava o domínio do capital. Mas como na atualidade os direitos políticos da mulher são, de fato, uma reivindicação de classe puramente proletária, para a Alemanha capitalista de hoje são como a trombeta do Juízo Final. Da mesma forma que a república, que a milícia, que a jornada de oito horas, o direito da mulher ao voto somente pode triunfar ou ser derrotado junto com toda luta de classe do proletariado, somente pode ser defendido com os métodos de luta e os instrumentos de poder do proletariado. As feministas burguesas desejam adquirir direitos políticos, para então poder participar na vida política. A mulher proletária somente pode seguir o caminho da luta operária, obtendo passo a passo a capacidade real e somente então adquire direitos legais. (No partido revolucionário), ao lado do homem trabalhador, a mulher trabalhadora sacode os pilares da ordem existente da sociedade. Antes que esta lhe conceda direitos aparentes, ajudará a enterrar esta ordem social em seus escombros” (Luxemburg, 1914: 411-412).

(Extraído do Jornal Massas, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia, nº 2477)

Nesta edição:

- EUA: Donald Trump assume a presidência dos EUA. Tendências do governo fascistizante.
- Inglaterra: Reflexos do “Brexit”
- Oriente Médio: Somente o armamento geral da nação oprimida pode vencer o expansionismo sionista .
- Argentina: Crise no Governo demite Prat Gay e Melconian

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Donald Trump assume a presidência dos EUA

Tendências do governo fascistizante

No dia 20 de janeiro, Donald Trump tomou posse como presidente dos Estados Unidos. A encenação festiva e a presença ordeira das mais renomadas lideranças dos partidos burgueses, que até ontem digladiaram e se acusaram, indicou que as frações da burguesia imperialista visam a preservar a transição política e acomodar as forças políticas à nova situação.

Primeiras medidas

No dia 21 de janeiro, o recém-empossado presidente iniciou seu governo assinando diversas “ordens executivas” (decretos). Essas indicam qual a orientação política interna e externa que prevalecerá nos primeiros anos de seu mandato.

Nesse mesmo dia, foram publicadas duas “ordens”. Uma, que avança o desmantelamento do programa de financiamento público de seguros de saúde para “setores de baixa renda”, aplicado por Obama. E outra que congela as contratações na administração federal - excetuando nas Forças Armadas - e que retira a ajuda financeira às ONGs que financiam o acesso ao aborto no exterior.

Em 23 de janeiro, Trump assinou a “ordem executiva” que retirou os Estados Unidos do Acordo de Associação Transpacífico (TPP). Esse Tratado objetivava criar a maior área de livre comércio do mundo, que reuniria os países que somam de conjunto mais de 40% do PIB e 26% do comércio mundiais. A retirada dos EUA fere de morte o acordo arquitetado por Barack Obama. Em seu lugar, virão os tratados bilaterais, que imporão maior subordinação dos países aos EUA por essa outra via.

Trump pretende com essa medida impor um freio aos países que agem como plataforma de exportação e concorrência com os monopólios norte-americanos, inundando o mercado mundial com mercadorias mais baratas, ampliando assim o déficit comercial interno norte-americano e aprofundando a tendência à desindustrialização. É nesse mesmo sentido que o novo presidente anunciou que renegociará o *Tratado de Livre Comércio da América do Norte* (NAFTA), que inclui Estados Unidos, Canadá e México. Na campanha eleitoral, assinalou sua pretensão de erguer barreiras comerciais (que incluem a imigração como fluxo provedor de mão-de-obra barata e fator de agravamento do desemprego nacional) e taxar ainda mais as mercadorias estrangeiras.

São decisões que impulsionam a guerra comercial (principalmente, contra a Alemanha e a China). Por outro lado, o novo governo fascistizante pretende, com essas medidas, reforçar sua base social de apoio entre o operariado branco e a classe média arruinada, obrigando uma fração da burguesia a ampliar seus investimentos no país e, assim, potenciar a criação de novos empregos com a

“mão-de-obra nacional”, como prometido na campanha. Mas essa via só será possível circunstancialmente, já que as tendências gerais da crise capitalista e mesmo da decomposição desse modo de produção social são de redução do emprego em toda parte.

Finalmente, junto à proposta de uma maior taxa de produtos mexicanos para sustentarem a construção e um muro entre os dois países, constituem um golpe na economia do México, que tem no mercado norte-americano seu principal destino comercial (oito de cada dez dólares que ingressam por exportações provêm das vendas aos Estados Unidos), criando, assim, condições para os Estados Unidos lhe impor uma mais aberta submissão aos ditames imperialistas. Como se vê, as medidas indicam um salto da política da burguesia norte-americana no sentido de ampliação das condições de opressão social e nacional.

Centralização burguesa ajustada às novas condições

A posse de Trump foi precedida da polarização política. O novo presidente assume o governo com o índice mais baixo de popularidade das últimas décadas: 40%. Isto é, menos da metade que tinha Barack Obama no seu primeiro mandato (84%). E ainda mais baixo que George W. Bush e Bill Clinton. Situação essa que tem levado à especulação de que importantes frações da burguesia monopolista se colocariam pela possibilidade da cassação (impeachment) do novo presidente, caso o descontentamento popular se avolume e a crise econômica se aprofunde. Sem dúvida, haverá um tremendo choque interburguês, uma vez que o capital financeiro e as multinacionais recorreram à maciça exportação de capitais para amenizarem a queda da taxa média de lucro. Segundo informações publicadas, lideranças do Partido Democrata e doadores desse partido estariam conferenciando “permanentemente” para criar condições para avançar nesse objetivo.

No entanto, é cedo para afirmar que essas informações são precisas e que indicam imediata reação de setores capitalistas vinculados à política dos democratas. Há que se observar o prognóstico de que o governo entrará em choque com poderosos interesses da fração imperialista que se acha profundamente mergulhada na China, México e no restante do mundo. E as massas, por sua vez, terão de sair em luta mais cedo do que se possa imaginar.

A proibição de deslocar novos setores fabris ao México e a taxa elevada aos monopólios que se utilizam das semicolônias para baratear os custos de produção e, assim, obter vantagens comerciais, dentre outros aspectos, não se imporá com medidas administrativas. A contrapartida de rebaixar os impostos e facilitar os investimentos e ampliar as condições para os lucros, aumen-

tando violentamente a taxa de exploração da força de trabalho, é contraditória com a gigantesca dívida pública e poderá provocar uma grande reação dos explorados.

Contradições internas

No seu primeiro discurso, Trump prometeu reerguer a “*indústria e o emprego nacional*”. Estava aí, disse, por que sua presidência comparecia como a vitória dos “*perdedores da globalização*” contra o “*establishment*”, a transferência do poder das elites “*ao povo*”. E afirmou: “*Durante muito tempo, um pequeno grupo na nossa Capital manipulou as coisas e a população quem sofreu. O trabalho se foi e as fábricas fecharam.*” Tratava-se, então, de pôr o país no “*caminho da prosperidade*”, “*trazer de volta o emprego (...) e recuperar a riqueza*”. No que diz respeito à política exterior, enfatizou: “*Buscamos amizade e boa vontade com as nações do mundo, mas o fazemos com o entendimento de que é direito das nações colocar seus interesses em 1º lugar*”.

Os Estados Unidos mergulharam há anos na estagnação e não há sinais de uma vigorosa retomada da produção e das transações comerciais. Avança também a desindustrialização, a queda dos lucros monopolistas e o desemprego. O déficit na balança comercial se avoluma e aumentou a dívida (externa e interna), que superou a casa de 120% do PIB. Por outro lado, a criação de novos empregos dos últimos dois anos se deu à base do aumento da flexibilização capitalista do trabalho e da constante depreciação do preço da força de trabalho assalariada. Essas medidas, implementadas inicialmente pelo governo Obama e que conseguiram conjunturalmente estagnar os índices de crescimento do desemprego, se avolumarão na próxima fase da crise capitalista.

A criação do “*emprego nacional*”, nas atuais condições sociais da economia norte-americana, só é possível com uma violenta depreciação do preço da força de trabalho. Como se vê, por trás do discurso “*populista*” de Trump, se ergue o punho ameaçador da burguesia contra as massas.

A retórica discursiva pretende chamar os operários do país a sustentar os lucros dos monopólios à custa do brutal rebaixamento de suas condições de vida. Porém, avançar por essa via exigirá também maciços investimentos em tecnologia e maquinaria, renovando em grande parte o obsoleto e atrofiado aparato produtivo nacional e criando as condições para explorar a força de trabalho em condições que possibilitem o aumento dos lucros monopolistas.

Fundamentalmente, exigiria um violento “*disciplinamento*” do proletariado. Condições essas que, por sua vez, criariam condições de um levante operário de proporções nacionais e que projetaria a luta de classes até limites muito perigosos para a burguesia. Eis a perspectiva traçada por Trump de compensar esses condicionantes internos com uma agressiva política externa.

Ofensiva mundial

Desde 2008 até hoje, os países que compõem o G-20 impulsionaram mais de 800 medidas protecionistas no comércio, em particular contra metais (aço, alumínio e cobre) provenientes da China. De fato, foi inicialmente uma decisão do governo Obama de impor taxas de até 800% à importação aos produtos de aço da China. E Trump pretende levá-la até o fim.

Porém, a via da guerra comercial não apenas está traçada contra

a China. Mas, também contra as potências imperialistas da Europa, fundamentalmente a Alemanha. A retirada dos Estados Unidos do Acordo Comercial Trans-pacífico é um reflexo condicionado dessa guerra econômica mundial pelos mercados, em particular devido ao avanço de medidas protecionistas na Europa.

A tendência centrífuga do capital monopolista norte-americano e sua manifestação política em um governo de traços fascitizantes está condicionada, por sua vez, pela estagnação das forças produtivas internas e o agravamento da concorrência mundial, que inunda o mundo com mercadorias baratas ganhando posições nos mercados à custa dos monopólios norte-americanos.

As medidas e planos do novo governo expressam o agravamento da guerra comercial e dos choques inter-imperialistas. A decisão de Trump de avolumar o orçamento dirigido a elevar as capacidades bélicas do país assinala que a burguesia monopolista norte-americana se prepara para avançar a uma nova redivisão do mundo e abertura dos mercados pela força.

Inconsequência das classes médias

Enquanto a principal base social do reacionário presidente se acha entre setores da pequena burguesia (urbana e rural) arruinada e em especial sobre amplos setores proletários, golpeados pela semiparalisação do aparato produtivo norte-americano, a principal base social dos setores que combatem o governo de traços fascitizantes são as camadas da classe média urbana, setores da intelligentsia, das mulheres e da juventude oprimida.

Na base material de sua resistência, acha-se a progressiva destruição das bases econômicas e sociais, que resultam em aumento da pobreza e miséria. É o que se observa na resistência ao desmantelamento dos serviços sociais (saúde, educação, seguro desemprego, etc.), que serviram de alicerces à ascensão econômica ou ao assistencialismo nas décadas anteriores.

Está aí por que são as classes médias que inicialmente transparecem o descontento e protagonizam as mobilizações. Em 21 de janeiro, foi realizada nos Estados Unidos uma massiva mobilização, acompanhada por protestos em vários países do mundo, contra a posse de Trump. Destacou-se, no entanto, pelo caráter democratizante de suas bandeiras. O fato de ser convocada fundamentalmente como uma mobilização das mulheres “*contra a política machista e xenofóbica*” de Trump



(...) por trás do discurso “populista” de Trump, se ergue o punho ameaçador da burguesia contra as massas. A retórica discursiva pretende chamar os operários do país a sustentar os lucros dos monopólios à custa do brutal rebaixamento de suas condições de vida.

indicou suas limitações políticas. O proletariado terá de viver a experiência com o governo fascitizante para tomar a frente dos combates futuros. É preciso que sua vanguarda se apoie na defesa das reivindicações que generalizem o movimento de massa. No caso do Brasil, lutar pelas reivindicações que se opõem às medidas antinacionais e antipopulares do governo golpista de Temer e que servem ao capital financeiro internacional, em particular o norte-americano.

Superar os limites do democratismo pequeno-burguês

A “*Women’s March*” (*Marcha das Mulheres*), com mais de 600 manifestações em todo o mundo, indicaram o profundo descontentamento de um amplo setor das classes médias e setores dos oprimidos com as tendências fascitizantes presentes na política burguesa norte-americana.

Na Europa, massivas manifestações reuniram centenas de milhares que se mobilizaram contra a “retórica de ódio” e o “*machismo, xenofobia e islamofobia*” de Trump. Nos EUA, centenas de milhares se mobilizaram sob o mesmo conteúdo de classe e compartilharam das mesmas consignas. A “Marcha das mulheres” expressou, assim, um claro conteúdo democratizante. O qual se expressou no chamado a criar um amplo movimento de pressão parlamentar nos Estados Unidos para barrar as medidas contra a destruição da saúde, a educação, contra o aborto, etc.

Essa perspectiva, longe de abrir caminho à política independente perante as frações da burguesia monopolista, coloca o movimento em posição de subordinação às transações políticas no Congresso norte-americano da oposição burguesa, hoje representada pelo Partido Democrata. É preciso ter claro que os anseios democráticos da pequena-burguesia somente poderão se potencializar por meio da luta de classes e sob a direção do proletariado.

Superar a crise de direção revolucionária

A tendência fascizante indica que a crise mundial capitalista não foi debelada. O ascenso de Trump ao comando do Estado da mais poderosa potência imperialista assinala, pelo contrário, um

Inglaterra

Reflexos do “Brexit”

No dia 24 de janeiro, o Superior Tribunal da Inglaterra julgou que, para efetivar o Artigo 50, que regulamenta o processo formal de retirada da União Europeia, o governo da primeira Ministra Theresa May precisaria da aprovação do Parlamento. Baseou a decisão em um precedente do ano de 1972, quando o Parlamento aprovou a legislação que permitiu à Inglaterra adotar o marco jurídico e legal da União Europeia e, assim, se tornar membro. Noticiada a decisão judicial, o governo anunciou que irá apresentar um projeto de lei em poucos dias.

Empresários, advogados e políticos, que interpuseram o recurso no poder judiciário, exigindo que se “garantissem a soberania” do Parlamento em decisões que afetam vida de “milhões de cidadãos”, festejaram como sendo “*uma vitória para a democracia e o Estado de Direito*”.

Não arrefeceram as manobras visando a impedir ou atrasar a saída da Inglaterra da União Europeia. Setores da burguesia inglesa resistem à perda de um mercado seguro para seus produtos e investimentos. E temem se aventurar nos mercados que estão sob uma intensa disputa e contra concorrentes que superaram em produtividade e baixos preços a anêmica indústria inglesa.

No entanto, o governo se apressou em afirmar que “não há volta para trás”, uma vez que no plebiscito convocado para decidir a permanência na União Europeia se impôs o “Sim” (saída). E é bem provável que o Parlamento mantenha essa decisão. Uma rejeição parlamentar à saída projetaria o descontentamento dos explorados e camadas das classes médias que alimentaram a ilusão de que o “Brexit” é a salvação.

Como se vê, as movimentações das frações monopolistas que apoiaram a permanência e as que se pronunciaram pela saída continuarão. Mas, serão limitadas e condicionadas pelo agravamento das convulsões sociais internas a que levaria um desconhecimento do plebiscito e uma volta à União Europeia. Evidentemente, se a burguesia inglesa decidisse cancelar a ruptura, enfrentaria as massas com apoio de toda burguesia europeia. Mas, nas condições de profunda divisão interburguesa e da crise que se prolonga, torna-se difícil jogar no lixo a decisão do plebiscito. De forma

acirramento das contradições mundiais.

Trata-se, portanto, de compreender as tendências fundamentais e as leis gerais que determinam os rumos da desagregação do capitalismo norte-americano e responder à barbárie social com o programa e estratégia revolucionária do proletariado.

O que, por sua vez, exige compreender a via pela qual passará a reconstituição de uma direção revolucionária nesse país. Nesse sentido, o surgimento de uma vanguarda marxista-leninista-trotskista terá não apenas de se alicerçar nos métodos do Programa de Transição, como responder às particularidades colocadas pela luta de classes. Está aí por que na sua formação jogarão um importante papel as camadas dos explorados negros e dos imigrantes, que enfrentam a opressão racial que tem por base a brutal exploração assalariada. Ambas as camadas constituem um decisivo destacamento da organização estratégica do proletariado para derrotar a burguesia.

O Comitê de Enlace coloca todos seus esforços para forjar os partidos-programas em nossos países e, assim, constituir os em poderosas alavancas para avançar a reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional. Esse trabalho constitui uma peça chave no processo de reconstituição da vanguarda trotskista no coração do imperialismo mundial.

que a tendência mais geral na atual conjuntura é a de se manter o impasse. Uma vez que o Parlamento se pronuncie, é provável que o governo seja obrigado a negociar um novo marco regulatório “especial” com a União Europeia, ou um novo acordo comercial com os EUA. Trump parece estar disposto a apoiar o “Brexit”. No marco da pronunciada estagnação industrial e da queda comercial, a Inglaterra está fadada à vassalagem perante as frações mais poderosas dos monopólios: da fração norte-americana ou da alemã.

Cabe aqui ainda assinalar outro aspecto. Na mesma decisão do Superior Tribunal, o judiciário negou qualquer possibilidade à Escócia, Gales ou à Irlanda do Norte de vetar a ruptura. O que demonstra que a democracia burguesa na Escócia, Gales e Irlanda do Norte são impotentes, e constituem apenas mais um instrumento da dominação colonial.

O avanço ao “Brexit”, como se vê, não apenas motivará a luta de classes, uma vez que as massas operárias terão de resistir aos ataques que já se preparam contra suas condições de vida, como poderá servir ao ressurgimento de tendências pela autodeterminação nacional, abrindo um extenso período de profundas convulsões sociais. A impossibilidade de avançar a unificação capitalista na Europa, mantendo os Estados nacionais, agrava as contradições internas e impulsiona as tendências desagregadoras, não só na Inglaterra. Nota-se que a crise da unificação é geral.

Somente o proletariado poderá barrar o impasse e a ofensiva geral da burguesia contra suas condições de vida. Somente a unidade do proletariado europeu e das semicolônias pode romper o chauvinismo nacional, que o fragmenta, impede a luta comum e o mantém preso à burguesia imperialista. Está posta a necessidade de conquistar sua unidade organizativa, sua independência política e sua capacidade de dar resposta à crise capitalista com o programa e os métodos que de fato defendem a vida das massas e as colocam no caminho do socialismo. A superação das fronteiras de dos Estados nacionais que se chocam com as forças produtivas altamente desenvolvidas passou para as mãos do proletariado, em outras palavras, da revolução proletária.

Oriente Médio

Somente o armamento geral da nação oprimida pode vencer o expansionismo sionista

O ex-presidente Obama, em um de seus últimos atos de governo, assinou um decreto que transfere 221 milhões de dólares em “ajuda” financeira à Palestina.

A imprensa noticiou o gesto como expressão de seu apoio à tese dos “dois Estados” e rejeição à política colonialista de Israel. Na verdade, tratou-se de um claro apoio ao subserviente governo de Abbas (Autoridade Nacional da Palestina – ANP), peça chave do imperialismo para enfraquecer as tendências entre os explorados palestinos de se levantarem contra o expansionismo sionista.

No entanto, bastou a posse de Trump para que o governo de Benjamin Netanyahu anunciasse a construção de 2.500 casas (assentamentos) em territórios palestinos ocupados de Jerusalém. Trata-se de um primeiro passo no novo plano de assentamento que prevê construir 5.600 casas nesses territórios. Segundo o ministro da Defesa israelense, Avigdor Lieberman, *“As regras do jogo mudaram, já não temos as mãos presas como na época Obama”*.

Certamente, não se trata de uma medida conjuntural. Mas de um plano de aprofundar a política sionista de ocupação militar e expandir o Estado sionista. Eis: *“se se precisar um quarto da Faixa (de Gaza, NE), então ocuparemos um quarto da Faixa. Se é mais, então será mais”*. O que levará a burguesia e o governo sionistas a enfrentarem a rebelião das massas palestinas. Se preciso, os sionistas estão dispostos a eliminar o “obstáculo” a sangue e fogo. Como afirmou Lieberman, *“a próxima guerra não acabará até que o inimigo erga a bandeira branca”*.

Basta o que temos citado acima para demonstrar a validade de nossa colocação do Massas 534 (janeiro de 2017): a Resolução N° 2334 da ONU, que exigia deter *“imediate e completamente”* a construção de assentamentos, não passava de declaração moral. E como nela não se previam sanções pelo seu descumprimento contra o Estado de Israel, o governo Netanyahu não viu então nenhum motivo para frear sua política colonial. Observa-se que a mudança de forças políticas no comando do mais poderoso Estado imperialista alavancou e potenciou a política sionista.

A Autoridade Nacional Palestina (ANP) chamou as potên-

cias a cumprirem a resolução. Porém, a ONU está dominada pela paralisia. E sua impotência para impor sanções a Israel se deve principalmente aos Estados Unidos e à época de agravamento dos conflitos mundiais. As relações entre os Estados sofreram profundos abalos sob os rudes golpes da crise capitalista e dos choques interimperialistas, que se avolumaram. Isso explica por que a França e Alemanha poderiam exigir de Israel que cumprisse a resolução da ONU. Eis por que também Israel poderia jogar no lixo essas exigências e a própria ONU, apoiado no governo fascistizante de Trump.

Essa tendência surge das leis de desagregação do capitalismo mundial. No entanto, seu avanço depende de que seja possível à burguesia imperialista e sua poderosa fração sionista afogar em sangue as tendências de luta de massas palestinas, que necessariamente surgirão. Eis a base histórica e social dos contínuos avanços e retrocesso que vêm se operando desde a implantação artificial do estado judeu. E, fundamentalmente, devido à heroica resistência da nação oprimida que retardou a finalização do processo de expansionismo colonial do Estado de Israel.

Tudo indica que se colocará perante os explorados e da Palestina a via da retomada das rebeliões de massas. Contarão agora com as experiências de resistência das massas árabes que se levantaram contra as ditaduras e o intervencionismo imperialista. Mas continuarão a se deparar com a ausência de uma direção revolucionária. O nacionalismo palestino e árabe é impotente. Um indicador de sua incapacidade se mostra na negativa de armar as massas, ou seja, a nação oprimida.

Os explorados palestinos assumirão as tarefas democráticas penderes destruindo e derrotando o imperialismo, a burguesia israelita e o Estado sionista. Um passo necessário para arrancar as raízes históricas, econômicas e políticas que impedem superar a opressão nacional de um povo sobre outro e conquistar a unificação dos explorados palestinos e judeus na base de um Estado socialista. Tal perspectiva exige que a vanguarda lute no seio das massas com o programa dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, que colocará a tarefa de erguer os partidos revolucionários e reconstruir a IV Internacional.

Argentina

Crise no Governo demite Prat Gay e Melconian

Prat Gay ficará na história, não por suas colocações provocadores, cínicas e racistas, mas fundamentalmente pelo forte ataque às condições de vida das massas, pela entrega da Nação, em pouco mais de um ano de Governo.

Os salários perderam entre 8% e 15% de seu poder aquisitivo; cresceu a desocupação, a pobreza; cresceu a precarização trabalhista; se reestabeleceram as relações com o FMI; se liberaram importações de produtos que se produzem no país, afetando a produção local; cresceu o endividamento em dólares e em pesos de forma vertiginosa; A Argentina foi o país que mais se endividou no mundo; cresceu a fuga de dólares; pagou integralmente a dívida fraudulenta que exigiam

os abutres; produziu uma desvalorização extraordinária do peso que impactou sobre todos os preços da economia, apesar do ex-ministro ter sustentado o contrário; produziu um superarifaço de gás, eletricidade, transporte, água; a inflação é a mais alta em 25 anos, já havia uma elevada inflação e chegou a superar 45% no primeiro ano – desde Novembro –, um fracasso absoluto do que apresentavam como objetivo principal de sua gestão; a reativação da economia nunca chegou, pelo contrário, mês a mês se anuncia um aprofundamento da recessão; o déficit orçamentário continua crescendo, superando 6%, similar ao último ano do kirchnerismo e se o financia com maior endividamento (e não é maior pelo corte de orçamento

e salários); eliminou os direitos de exportação ou os reduziu, de produtos agropecuários e da mineração, reduzindo fortemente a arrecadação fiscal; cresceu o arrolamento de dívidas, gerando lucros extraordinários para os especuladores nacionais e internacionais; promoveu uma lavagem massiva de capitais ilegais, de evadidos e criminosos que têm a possibilidade de incorporar dinheiro de ilícitos de todo tipo ao circuito legal; etc. etc.

Cumprido com seu objetivo de fazer o “trabalho sujo” – como ele mesmo definiu – no início do Governo. Se não pôde ir mais longe nas medidas foi porque não se o permitiu a resistência popular. E precisam da cara “limpa”, para a próxima etapa, para ir mais fundo no ajuste. A linha econômica dos próximos ministros será a mesma (são variantes da política neoliberal), tentarão acelerar e aprofundar o ajuste, para reduzir o déficit fiscal. Que o possam fazer dependerá do grau de resistência popular às medidas.

O Ministério foi dividido em dois, um da Fazenda e outro de Finanças. Os que encabeçam os ministérios provêm do capital financeiro. Um, Dujovne, é economista chefe do Banco Galicia (além disso, entre os donos do Banco há familiares do Chefe de Gabinete Marcos Peña), e era assessor do Banco Mundial, e, ainda, com relações comerciais e familiares muito próximas de Donald Trump (seguramente este aspecto deve ter pesado na hora de sua escolha); o outro, Luis Caputo, ex-dirigente do JP Morgan e do Deutsche Bank, foi quem encabeçou a “negociação” e pagamento aos abutres de tudo o que pediam (é primo irmão de Nicolás Caputo, íntimo amigo de Macri e principal beneficiado pelas obras públicas), entre seus investimentos milionários se destaca um empreendimento no norte de Santiago del Estero (“Sacha Rupaska”), ocupando e desalojando terras dos camponeses, com escavadeiras e manobras judiciais.

Assimilando o leninismo

No Jornal Massas 534, concluímos a sequência de artigos sobre a concepção leninista do partido. Neste número, lembramos a data de 21 de janeiro de 1924, quando Lênin faleceu acometido de uma grave doença. Decidimos publicar um texto de Leon Trotsky, cuja importância diz respeito a tática revolucionária. Lênin, como extraordinário estrategista, consequentemente, elaborou a tática que permitiu os bolcheviques dirigirem a revolução proletária na Rússia.

“Prólogo à edição polonesa de O Esquerdismo, doença infantil do comunismo, de Lênin”

Leon Trotsky, 6 de outubro de 1932

Este trabalho de Lênin que apresentamos aos leitores poloneses foi escrito em abril de 1920. Nesta época, o movimento comunista internacional ainda não tinha superado a infância; suas enfermidades eram, certamente, as da infância.

Lênin, ao mesmo tempo em que condenava o ‘esquerdismo’ formal – o radicalismo dos gestos e o palavreado vazio –, defendia não menos apaixonadamente a verdadeira intransigência revolucionária da política de classe. Ao fazê-lo, não se precaveu – estava muito longe de sua intenção essa atitude! – contra o abuso dos oportunistas de todas as cores, que, desde que se publicou este livro, há mais de doze anos, o citaram centenas de vezes para defender a conciliação sem princípios.

Neste momento de crise mundial, setores de esquerda, em distintos países, rompem com a socialdemocracia. Estes grupos, ao caírem na vala que separa o comunismo do reformismo, declaram frequen-

A imprensa insiste em que a demissão de Prat Gay foi por uma questão de “egos” ou pelas dificuldades para trabalhar em equipe, ou por seu excessivo protagonismo, etc. Isso é absolutamente secundário. O essencial é o caos da economia que foi gerado pela política do Governo totalmente submetida ao capital financeiro, que agravou a situação da economia em seu conjunto e os choques entre frações do Governo em disputa pelos negócios e negociatas. Despedir Prat Gay é responsabilizá-lo por todo este descabimento e mostrar novas caras. Suas políticas não farão mais que agravar a situação atual.

O caso de Melconian

Da mesma forma que, a despeito da demissão de Prat Gay, se fala de atritos entre os executivos do Governo, de suas críticas à política do Governo de tomar empréstimo sem fazer um ajuste orçamentário, etc. as verdadeiras razões há que buscá-las nos grandiosos fundos que o Banco Nação foi obrigado a emprestar ao Tesouro Nacional para encobrir seus buracos, rompendo todas as relações técnicas que correspondem à sua atividade.

O Banco Nação encerrará 2016 com irregularidades de todo tipo. Mas não são essas questões técnicas as razões da demissão, porque foram ordens políticas devidamente respaldadas, e sim a negativa de seguir financiando fortemente ao Tesouro este ano. Se falava de 60 bilhões de pesos para cobrir as necessidades do Governo este ano. *Debilitar e esvaziar o Banco Nação pode criar as melhores condições para que se cumpra um velho sonho dos abutres financeiros: privatizar o maior banco do país, que é uma forte referência no sistema. Os trabalhadores do Banco Nação têm uma responsabilidade em investigar, controlar e denunciar as manobras que se realizam para esvaziá-lo. A política da classe operária é a nacionalização completa do sistema financeiro em um sistema único, da mesma forma o comércio exterior, sob controle coletivo dos trabalhadores.*

temente que seu objetivo histórico fundamental é a criação da ‘frente única’ ou, mais amplamente ainda, ‘a unidade do movimento operário’. Em realidade, a utilização destas consignas conciliadoras é o traço característico do Partido Socialista Operário da Alemanha, dirigido por Seydewitz, K. Rosenfeld, o velho Ledebour e outros. Pelo que pode julgar daqui, é muito pouco o que distingue do Partido Socialista Operário da Alemanha o pequeno grupo político polonês que se formou em torno do doutor Joseph Kruk. Os melhores teóricos destes grupos apelam ao *Esquerdismo ...* de Lênin. Mas se esquecem de explicar porque sempre consideram Lênin um incorrigível divisionista.

A essência da política de frente única leninista consiste em dar às massas a oportunidade – ao mesmo tempo que mantém uma organização e um programa combativos e intransigentes – de realizar, coesionando suas forças, ainda que seja um mínimo de avanço. Lê-

nin não pretendia, apoiando-se nesses avanços práticos das massas, ocultar, nem suavizar as contradições políticas entre o marxismo e o reformismo, muito pelo contrário as desnudava, explicando-as às massas e assim reforçando o setor revolucionário.

Os problemas da frente única constituem a essência dos problemas táticos. Sabemos que a tática está subordinada à estratégia. Nossa linha estratégica define os interesses históricos do proletariado à luz do marxismo. Com isto, não pretendemos minimizar a importância dos problemas táticos. A estratégia sem sua correspondente tática será sempre uma abstração teórica inerte. Mas, não menos inútil, resulta elevar uma tática específica, por mais importante que seja, em um determinado momento, ao nível de uma panaceia, de um remédio universal, de um artigo de fé. A primeira regra para o emprego da política de frente única é a ruptura total e intransigente com a conciliação sem princípios.

O livro de Lênin pareceu ter desfechado um golpe mortal no falso radicalismo. O Terceiro e o Quarto Congressos da Internacional Comunista, quase por unanimidade, agregaram às suas resoluções as conclusões do livro. Mas, durante o período seguinte, cujo começo coincidiu com a doença e a morte de Lênin, observamos algo que à primeira vista assombra: as tendências ultra-esquerdistas novamente saem a campo, se fortalecem, levam a uma série de derrotas, desaparecem, para reaparecerem somente sob formas mais daninhas e agudizadas.

Os protestos inócuos e formais contra qualquer tipo de acordo com o reformismo, contra qualquer frente única com a socialdemocracia, contra a unidade do movimento sindical; os argumentos superficiais a favor da criação de nossos próprios sindicatos ‘puros’, como os chamava Lênin: todas essas considerações ultra-esquerdistas não são mais sérias, nem mais inteligentes, que as que se colocavam nesse momento, só que agora não são débeis gritos infantis, mas sim roucos bramidos burocráticos. Qual é o motivo desta surpreendente recaída?

Sabemos que as tendências políticas não existem ‘no ar’, os desvios e os erros, quando são persistentes e prolongados, devem ter uma raiz de classe. Falar do ultra esquerdismo sem definir suas raízes sociais significa substituir a análise marxista com ‘ideias brilhantes’. A direita, os críticos oportunistas do estalinismo – por exemplo os brandleristas – vão mais além e na realidade reduzem todos os erros da Comintern a um simples erro de tipo ideológico. Sobre uma base supra social, supra histórica, quase mística, se transforma o ultra esquerdismo em uma espécie de espírito malevolente similar àquele que devora os cristãos mais piedosos.

É preciso encarar o problema de maneira totalmente diferente. Os acontecimentos demonstram conclusivamente que esses erros, que antes não eram mais que a expressão de personalidades e grupos individuais que estavam em sua infância prática, agora se erigiram em sistema e converteram-se em método consciente de controle de uma corrente política real: *o centrismo burocrático*. Na realidade, não se trata da incoerência do pensamento ultra-esquerdista, uma vez que a corrente política que hoje domina a Comintern alterna os erros ultra-esquerdistas com a prática oportunista. E, às vezes, a fração estalinista, em vez de alternar entre o radicalismo e o oportunismo, os utiliza simultaneamente de maneira diferente, de acordo com as necessidades de sua luta fracional.

Assim, neste momento, vemos, por um lado, a negação de princípios aplicando qualquer política de acordos com a socialdemocracia alemã e, por outro, o congresso contra a guerra, convocado de acordo

com pacifistas burgueses e pequeno-burgueses, radicais franceses, maçons ou com indivíduos pretensiosos do tipo de Barbusse, que se consideram portadores da missão especial de ‘unificar a Segunda e a Terceira Internacional’.

Os mesmos argumentos simples, e como sempre exaustivos, de Lênin em favor dos ‘acordos’, dos ‘compromissos’, das inevitáveis concessões, demonstram de maneira insuperável quais são os limites deste tipo de método, não pode transgredir sem se converter inevitavelmente em seu oposto.

A tática da frente única não é uma panaceia universal. Está subordinada a uma colocação fundamental: *unifica a vanguarda proletária na base a uma intransigente política marxista?* A arte da direção consiste em definir, em cada caso, em base a uma relação de classes concreta, com quem, com que objetivo e até que limites é aceitável a frente única e em que momento se deve rompê-la.

Se se procura o modelo perfeito do modo em que não se pode, nem se deve constituir a frente única, não se encontrará um exemplo melhor – ou melhor dizendo, pior – que o congresso de Amsterdam ‘de todas as classes e partidos’ contra a guerra. Esse exemplo merece ser analisado ponto a ponto.

- 1) O Partido Comunista, em cada um dos acordos, circunstanciais ou prolongados, deve mostrar abertamente seu programa. No entanto, em Amsterdam, se ignoraram os partidos como tais! Como se a luta contra a guerra não fosse uma tarefa política e, conseqüentemente, uma tarefa dos partidos políticos! Como se essa luta não exigisse a clareza mais completa e a mais estrita precisão nas ideias! Como se alguma organização distinta do partido fosse capaz de formular de maneira tão completa e clara o problema da luta contra a guerra! E, no entanto, o verdadeiro organizador desse congresso, o partido ignorado, foi nada menos que a própria Internacional Comunista!
- 2) O partido comunista não deve fazer frente única com advogados e jornalistas que atuam a título pessoal, nem com simpatizantes conhecidos, mas com as organizações de massa dos trabalhadores e, portanto, em primeiro lugar com os socialdemocratas. Mas desde o princípio se excluiu a frente única com os socialdemocratas. Até se declarou inadmissível a oferta da frente única aos socialdemocratas, para aprovar abertamente até onde chega a pressão das massas desse partido sobre seus dirigentes!
- 3) Precisamente porque a política de frente única entranha perigos oportunistas, o partido comunista tem a obrigação de desfazer todo o tipo de mediação duvidosa e de diplomacia secreta às costas dos trabalhadores. No entanto, a Internacional Comunista achou necessário pôr na frente – como portador de suas bandeiras e organizar formal, como negociador atrás das cortinas – o escritor francês Barbusse, que se apoiou nos piores elementos tanto do reformismo como do comunismo. Sem informar as massas, mas obviamente com respaldo da direção da Comintern, Barbusse estabeleceu ‘conversações’ sobre o tema do congresso com ... Friedrich Adler! A frente pelo alto não está permitida, verdadeiramente? Como podemos ver, quando o mediador é Barbusse se torna muito aceitável! Não é preciso dizer que aqueles que manejam os fios da Segunda Internacional estão a quilômetros de vantagem de Barbusse no terreno da manobra política. A diplomacia por trás das cortinas de Barbusse significou para a Segunda Internacional uma desculpa muito proveitosa para escamotear sua participação no congresso.
- 4) O Partido Comunista tem o direito e também o dever de ganhar

para a sua causa até o aliado mais débil... se é realmente um aliado! Mas ao fazê-lo não deve rechaçar as massas trabalhadoras, que são seu aliado essencial. Mas a participação no congresso, a título individual de políticos burgueses que são membros do partido dirigente da França imperialista não fará senão afastar do comunismo os operários socialistas franceses. Não será fácil explicar ao proletariado alemão porque se pode marchar ombro a ombro com o vice-presidente do partido de Herriot ou com o pacifista general Schoenaich, enquanto que se considera inadmissível propor ação comum contra a guerra às organizações operárias reformistas.

5) Quando se aplica a política de frente única é muito perigoso ter uma falsa caracterização dos aliados; quando se apresentam como verdadeiros os aliados falsos, os operários se sentem enganados desde o início. Este é o crime que cometeram e continuam cometendo os organizadores do congresso de Amsterdam.

Agora toda a burguesia francesa é 'pacifista'. Não há porque se surpreender; todo o triunfo implica impedir que os derrotados preparem sua vingança. A burguesia francesa procura, sempre e em toda a parte, garantias de paz, de modo que os frutos de sua pilhagem permaneçam sacrossantos e invioláveis.

A esquerda do pacifismo pequeno-burguês está disposta, para o bem destas garantias, aliar-se até com a Comintern. Episódica aliança! No mesmo dia em que se declare a guerra, esses pacifistas apoiarão seus governos. Dirão aos operários franceses: 'fizemos todo o possível em nossa luta pela paz; inclusive fomos ao congresso de Amsterdam. Mas a guerra nos foi imposta; estamos pela defesa da pátria'. A participação no congresso dos pacifistas franceses não os obriga a nada, e no momento em que a guerra seja declarada, beneficiará totalmente o imperialismo francês. Por outro lado, no caso de estourar o conflito pelo direito à bandidagem internacional, o general Schoenaich e seus pares estarão absolutamente com sua pátria alemã e aproveitarão ao máximo a autoridade adquirida por sua participação em Amsterdam.

Patel, o nacionalista burguês hindu, participou no congresso de Amsterdam pela mesma razão pela qual Chiang Kai-shek participou com 'voto consultivo' na Comintern. Não há dúvida de que tal participação incrementará a autoridade dos 'dirigentes nacionais' diante das massas populares. Patel responderá a qualquer comunista hindu que diga e uma manifestação que ele e seus amigos são traidores: 'se eu fosse um traidor não teria me aliado com os bolcheviques em Amsterdam'. Desse modo, os estalinistas deram armas aos burgueses hindus contra os operários hindus.

6) Em nenhum caso se deve estabelecer acordos por objetivos práticos ao preço de concessões de princípios, de ocultar as diferenças essenciais, de fazer formulações ambíguas que permitam que cada uma das partes as interprete à sua maneira. No entanto, o manifesto de Amsterdam se baseia inteiramente no subterfúgio e na dupla intenção; no jogo com as palavras, se ocultam as contradições; está cheio de frases sonantes, sem sentido, de solenes declarações que não conduzem a nenhum lugar. Os membros dos partidos burgueses e os maçons mentirosos 'condenam' o capitalismo! Os pacifistas 'condenam' o pacifismo! E no dia seguinte do congresso, o general Schoenaich, em um artigo publicado no jornal Muenzenberg, se declara pacifista!

E o burguês francês que condenou o capitalismo volta ao seu partido capitalista e dá seu voto a Herriot. Não é uma máscara escandalosa, uma farsa vergonhosa? A intransigência marxista, indiscutivelmente, quando se faz uma frente única em geral, se torna dupla ou triplamente obrigatória quando se trata de um problema tão agudo como a guerra. A voz resoluta e isolada de Liebknecht, ressoando durante a guerra, teve uma importância incomparavelmente maior para o desenvolvimento da revolução alemã, que os protestos semi-sentimentais de todo o partido socialdemocrata independente (USPD). Na França, não houve nenhum Liebknecht. Uma das razões principais é que ali o pacifismo maçom-radical, socialista-sindical, cria uma atmosfera totalmente envolvida pela mentira e cinismo.

Lênin insistia que nos congressos 'antiguerra' não há que estabelecer acordos em base a lugares comuns, mas, pelo contrário, colocar os problemas tão clara, brutal e precisamente que os pacifistas se vejam obrigados a queimar os dedos e voltar a atrás; desta maneira se dá uma lição objetiva a todos os trabalhadores. Nas instruções para a delegação soviética ao Congresso contra a Guerra de Haya (1922)



Lênin escreveu: 'creio que se, na Conferência de Haya, levarmos em conta pessoas que podem fazer discursos contra a guerra em várias línguas, o mais importante deve ser refutar a opinião de que os delegados da Conferência sejam contrários à guerra, de que compreendem que esta pode vir de cima no momento mais inesperado, de que em alguma medida entendem que métodos há que se adotar para combatê-la, que podem tomar medidas sérias e efetivas contra a guerra' (Obras Escolhidas, volume XXXIII, Notas sobre as tarefas de nossa delegação em Haya, 4 de dezembro de 1922).

Imaginem, por um momento, Lênin votando em Amsterdam no vazio e eloquente manifesto, ombro a ombro com o radical francês G.Bergery, o general alemão Schoenaich, o nacionalista liberal Patel! Nada pode medir melhor a profundidade da queda dos epígonos do que esta ideia monstruosa.

Neste livro de Lênin não há uma só formulação que não apoiemos completamente. Hoje se constituiu, na base da alteração sistemática da política leninista e do abuso de citações de Lênin, uma tendência definida, o centrismo burocrático, que não existia há doze anos, quando esse livro foi escrito.

Não é difícil explicar porque existe a tendência estalinista. Conta com um apoio social: os milhões de burocratas que se alimentam de uma revolução triunfante, mas isolada em um só país. Os interesses particulares de casta da burocracia criam, no seu interior, tendências oportunistas e nacionalistas. Não obstante, é a burocracia de um *estado operário*, cercado pelo mundo burguês. Em todo o momento choca com a burocracia socialdemocrata dos países capitalistas. A burocracia soviética, que detém a direção da Comintern, impõe sobre esta as contradições de sua própria situação. Toda política da direção dos epígonos oscila entre o oportunismo e o aventureirismo.

O ultra esquerdismo deixou de ser uma enfermidade infantil. É agora um dos métodos de autopreservação de uma fração cada vez mais pressionada pelo desenvolvimento da vanguarda proletária mundial. A luta contra a burocracia centrista é agora a primeira obrigação de todo o marxista. Ainda que não tivesse outras, somente por essa razão, saudariamos calorosamente a edição polonesa do admirável trabalho de Lênin.

(León Trotsky, Escritos, tomo III, 1932, volume 2, editorial Pluma)